



# **ESTUDO PRELIMINAR E MAPA DE RISCOS**

**CONSTRUÇÃO DE PONTES EM MADEIRA NAS VICINAIS 9, 19 E 21 RESPECTIVAMENTE**

Brasil Novo, 7 de fevereiro de 2024



## **INTRODUÇÃO AO PROJETO**

As estradas rurais são de grande importância para o desenvolvimento do município de Brasil Novo, seja do ponto de vista social ou do ponto de vista econômico, pois permitem o escoamento das produções agrícolas e a entrada dos insumos que permitem o desenvolvimento do município, além de proporcionar o livre deslocamento da população. Esse deslocamento pode ser por várias finalidades, seja com o objetivo mercantil, econômico, financeiro ou pelo mero deslocamento com a finalidade de passeio, uma vez que o município de Brasil Novo é contemplado com muitos lugares de belezas naturais e exuberantes, despertando o interesse de seus munícipes, como exemplo: cachoeiras, lagos, e principalmente o rio Xingu. Em estação de verão combinado com período de férias, é muito comum o traslado a esses passeios pela população do município e demais pessoas de outros lugares.

Muitas dessas estradas precisam de construções de pontes em algum ponto no decorrer de seu trajeto, pois muitas vicinais da zona rural possuem área de extensão abundante, disponibilizando a continuidade do tráfego e a integração das comunidades em geral.

Por se tratar de distâncias longas e pela facilidade de encontrar o material de construção utilizado nesse tipo de obra, opta-se na grande maioria das vezes a escolha da madeira como matéria-prima. A resistência da madeira, o baixo peso e o baixo consumo energético para a sua produção e processamento são propriedades essenciais, contribuindo para a escolha deste tipo de material em potencial no uso desses elementos para a construção de pontes em madeira.

A madeira é um material estrutural muito bom. Além das excelentes propriedades mecânicas, principalmente a elevada resistência específica, se for tratada corretamente com os materiais e componentes corretos, as peças apresentam resistência aos organismos deterioradores e ao fogo, sendo assim, possível a construção de grandes estruturas que devem durar por longos períodos como é o caso de pontes.



## CONCEITOS

A construção de pontes pode ser definida como o conjunto de atividades que permitem manter a integridade estrutural em um nível adequado para uso.

Os defeitos raramente são detectados antes que se tornem tão sérios, que os reparos tenham que ser feitos com urgência; o resultado, na melhor das hipóteses, é que o planejamento e os orçamentos de manutenção ficam prejudicados e, na pior das hipóteses, a estrutura é colocada em desuso enquanto os reparos são executados.

As condições de uso, hoje muito influenciadas pela legislação ambiental (cada vez mais rígida), preveem uma manutenção constante e eficiente, devido às dificuldades econômicas que na maioria dos casos apresentam os órgãos públicos, sendo necessário que sejam programadas e executadas nos devidos tempos, com o objeto de minimizar os recursos que essas atividades demandem.

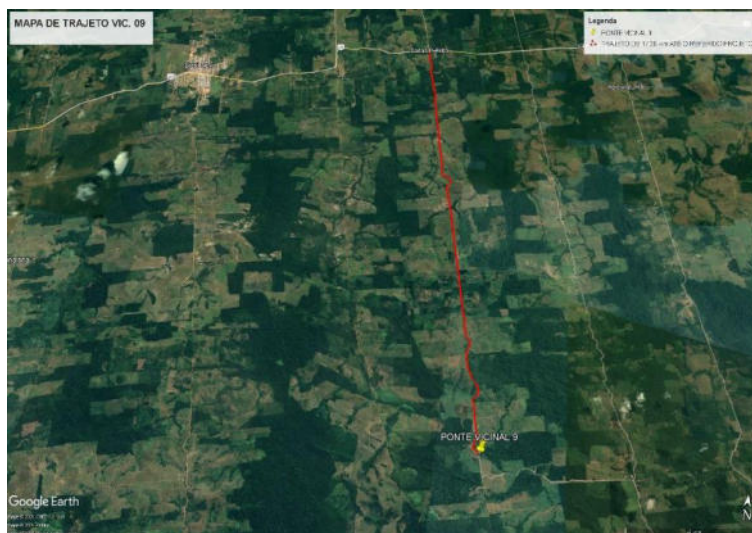
As pontes em madeira são consideradas como um ponto crítico nas estradas e por isso devem ser tratadas de forma separada na manutenção (quando necessária). Algumas vezes incluem a reabilitação dentre os processos de manutenção, sendo esta atividade voltada na atualização da estrutura para melhorar as condições, se comparadas com as atuais. Assim, as atividades de manutenção deverão estar focadas em evitar o redesenho e desenvolvimento de novos projetos da estrutura.

As atividades de conservação das pontes de madeira a serem construídas, podem ser agrupadas em três linhas de atuação: substituição, reabilitação e manutenção, sendo todas elas baseadas em processos de inspeção adequados e programados em: inspeção, reabilitação, recuperação, reforço e manutenção. Todos esses, são cuidados necessários que a administração do executivo municipal deve se ater para a vida útil de ponte construída com a utilização de madeira.



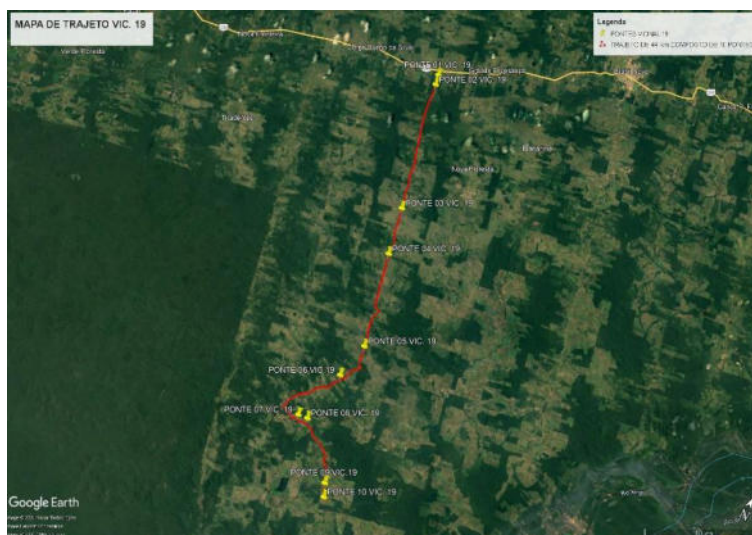
### CONSIDERAÇÕES DECLARATIVAS GERAIS

O presente estudo tem por objetivo estabelecer o trajeto estabelecendo as coordenadas das pontes que serão contempladas com os serviços de elaboração e execução a serem realizados para as pontes localizadas nas vicinais descritas abaixo.



Mapa de trajeto da Vicinal 9

Imagem produzida no Google Earth, manipulada pelo Setor de Planejamento - SEPLAN



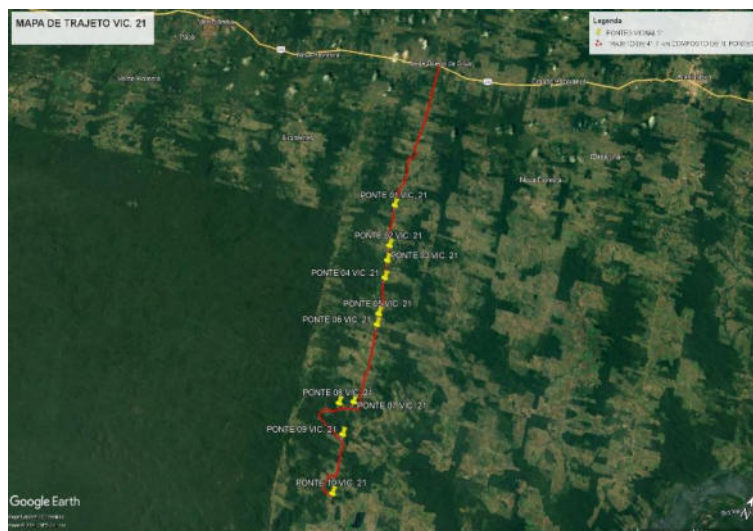
Mapa de trajeto da Vicinal 19

Imagem produzida no Google Earth, manipulada pelo Setor de Planejamento - SEPLAN





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**  
**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



Mapa de trajeto da Vicinal 21

Imagem produzida no Google Earth, manipulada pelo Setor de Planejamento - SEPLAN



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

- ✓ COORDENADAS
- ✓ LATITUDE 3.427469 LONGITUDE 52.423661
- ✓ VICINAL 9
- ✓ 14,50 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.387644 LONGITUDE 52.668178
- VICINAL 19
- PONTE 01
- 7,50 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.394887 LONGITUDE 52.666526
- VICINAL 19
- PONTE 02
- 7,50 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.487442 LONGITUDE 52.642090
- VICINAL 19
- PONTE 03
- 5,00 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.521348 LONGITUDE 52.633657
- VICINAL 19
- PONTE 04
- 11,00 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.588345 LONGITUDE 52.615271
- VICINAL 19
- PONTE 05
- 12,00 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00







**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.615528 LONGITUDE 52.620545
- VICINAL 19
- PONTE 06
- 11,50 METROS DE COMPRIMENTO







**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**  
**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.656072 LONGITUDE 52.633339
- VICINAL 19
- PONTE 07
- 10,00 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.654707 LONGITUDE 52.626108
- VICINAL 19
- PONTE 08
- 12,00 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.686954 LONGITUDE 52.590948
- VICINAL 19
- PONTE 09
- 10,50 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.695819 LONGITUDE 52.586464
- VICINAL 19
- PONTE 10
- 12,00 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.504143 LONGITUDE 52.698115
- VICINAL 21
- PONTE 01
- 16,10 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.531442 LONGITUDE 52.687703
- VICINAL 21
- PONTE 02
- 14,10 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.541350 LONGITUDE 52.684109
- VICINAL 21
- PONTE 03
- 12,50 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.553454 LONGITUDE 52.679803
- VICINAL 21
- PONTE 04
- 18,50 METROS DE COMPRIMENTO

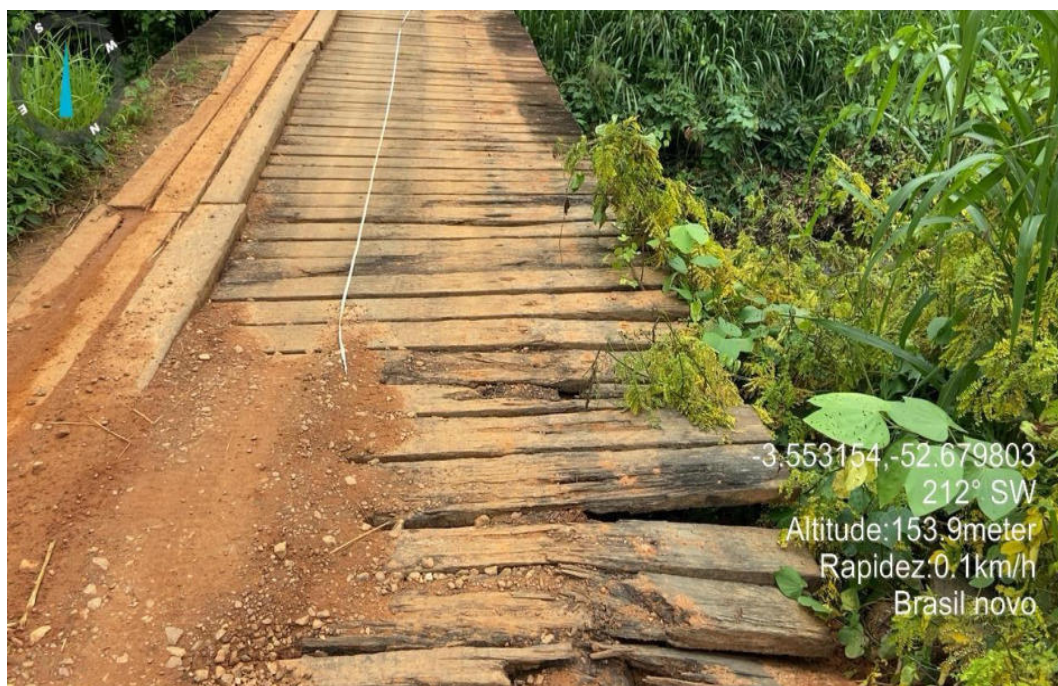






ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.577455 LONGITUDE 52.671593
- VICINAL 21
- PONTE 05
- 13,50 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.584587 LONGITUDE 52.669036
- VICINAL 21
- PONTE 06
- 11,30 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.638639 LONGITUDE 52.658594
- VICINAL 21
- PONTE 07
- 23,00 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00



-3.638639, -52.658594  
253° W  
Altitude: 171.7meter  
Rapidez: 1.5km/h  
Brasil novo

- COORDENADAS
- LATITUDE 3.644437 LONGITUDE 52.667510
- VICINAL 21
- PONTE 08
- 8,20 METROS DE COMPRIMENTO



-3.644437, -52.667510  
126° SE  
Altitude: 182.4meter  
Rapidez: 2.9km/h  
Brasil novo





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



-3.644437, -52.667510  
125° SE  
Altitude: 182.3 meter  
Rapidez: 0.2 km/h  
Brasil novo

- COORDENADAS
- LATITUDE 3.661249 LONGITUDE 52.655057
- VICINAL 21
- PONTE 09
- 12,20 METROS DE COMPRIMENTO



-3.661249, -52.655057  
187° S  
Altitude: 162.7 meter  
Rapidez: 1.1 km/h  
Brasil novo





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- COORDENADAS
- LATITUDE 3.698346 LONGITUDE 52.642546
- VICINAL 21
- PONTE 10
- 10,20 METROS DE COMPRIMENTO







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



-3.698346,-52.642546  
190° S  
Altitude: 157.5meter  
Rapidez: 3.1km/h  
Brasil novo





## ESTUDOS PRELIMINARES

O presente documento visa planejar a contratação de empresa para prestação de serviços referentes à construção de pontes em madeira nas vicinais: 9 (nove), 19 (dezenove) e 21 (vinte e um), todas no município de Brasil Novo – PA.

### ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO

SEPLAN – Setor de Planejamento de Brasil Novo.

### OBJETO DE CONTRATAÇÃO

O escopo dos serviços compreende atividades referente à construção de pontes em madeira, abrangendo as vicinais: 9 (nove), 19 (dezenove) e 21 (vinte e um), todas no município de Brasil Novo – PA.

### REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

- Natureza dos serviços

O objeto a ser contratado é caracterizado como obra, em observância do disposto na Lei Federal nº 14133/2021 (Nova Lei de Licitação e Contratos), que aponta as definições da obra que se referem a toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, executadas direta ou indiretamente em obras públicas.

- Duração do Contrato

O contrato de prestação de serviço tem previsão de duração de 12 meses, a contar da data de emissão da ordem de serviço.

- Relevância dos requisitos estipulados

A contratação de empresa de engenharia é de fundamental importância para realização dos serviços de construção de pontes para ligação das estradas vicinais, relevante para garantir a trafegabilidade na zona rural do município de Brasil Novo, com segurança e conforto aos usuários.

- Contratação similares feita pelo próprio órgão/entidade

Em consulta realizada no portal dos jurisdicionados no Tribunal de Contas do Municípios do Estado do Pará (TCM/PA), foram pesquisados processos administrativos similares ao objeto deste documento, sendo identificado processos referentes a locação de patrulhas mecanizadas para realização de serviços correlatos ao objeto deste processo. Destaca-se os processos realizados nos últimos anos, à exemplo pregão eletrônico 028/2021 e a concorrência 001/2024.

- Contratações similares feita por outros órgãos e entidades

Em consulta realizada no portado dos jurisdicionados no Tribunal de Contas do Municípios do Estado do Pará (TCM/PA), foram pesquisados processos administrativos similares ao objeto deste documento. Foram encontrados os processos 1/2022-PMT, da prefeitura municipal de Tailândia, a





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



ser realizado mediante concorrência; o processo 02/2023, da prefeitura de Concórdia do Pará, realizada mediante Tomada de Preços; o processo 002/2023, da Prefeitura Municipal de Capitão-Poço, realizada mediante por Registro de Preços originário de Concorrência Pública. Além disso, há diversos outros processos no Mural de Licitações que tem como objeto obras em vicinais na modalidade pontes, afins e correlatos.

#### **ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**

O quantitativo presente no Projeto Básico fora determinado a partir do levantamento das principais vicinais de cada região a ser atendida, sendo estimado um percentual de cobertura para cada região. Já o quantitativo de serviço por item foi determinado a partir da quantia de quilômetros a ser recuperado.

#### **ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS**

O Projeto Básico que subsidia a estimativa de preços, considera os custos de referência das Tabelas de Preços da SINAPI, do SEDOP, da CAEMA e do EMOP. A primeira (SINAPI), trata-se de uma base de preços de âmbito nacional, enquanto as demais são bases regionais.

#### **MODALIDADE SRP OU COMUM?**

A modalidade de contratação será à critério do setor responsável pela análise e processamento da solicitação.

#### **MOTIVAÇÃO / OBJETO**

O acesso a zona rural do município de Brasil Novo necessita de constante atenção, cuidado e zelo para garantia da trafegabilidade e segurança dos usuários. O município conta com uma gama diversa de modalidade econômico-financeira, dentre eles: agricultores, pecuaristas, pescadores, feirantes e produtores em geral. Todos esses profissionais necessitam ter acesso direto para o deslocamento até a zona urbana do município. As demandas e necessidades de cada um podem ser das mais variadas formas, seja de um pecuarista comercializar a produção de bovinos, seja um agricultor comercializar sua produção de cacau, ambos necessitam desse acesso constante até o município para a entrega de seus produtos, considerados a maior fonte de renda econômica do município. Os motivos podem ser infindáveis, mas o que deve ser considerado angular é exatamente o acesso de boa qualidade através das estradas vicinais, e como objeto deste estudo, as pontes, que interligam trechos de estradas onde são separados por passagens de rios, lagos, riachos, áreas com terrenos irregulares, etc.

Diante de todo o exposto supracitado, com a edificação de novas pontes entre os trechos das vicinais, resultará em uma melhora significativa na qualidade de vida de todos os munícipes e usuários desses trechos, por isso a contratação de uma empresa de engenharia especializada, visa atender as demandas do município para garantir a trafegabilidade das vicinais, bem como o serviço prestado por contratado com capacidade técnica comprovada mediante certidões emitidas por outras entidades públicas, ficando sob responsabilidade da empresa contratada a relação de trabalho com os funcionários mobilizados para a execução do serviço, recaiando sobre ela as contratações, os pagamentos, a previdência e demais auxílios, bem como a disponibilização de (EPI) equipamentos de proteção individual, alimentação e transporte. Além disso, fica sob responsabilidade do





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



CONTRATADO a disponibilização de veículos e maquinários para atendimento do objeto, bem como a manutenção desses maquinários, mantendo-os em acordo com o requisitado pelas normalizações do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.

**JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

O processo será repassado para autoridade competente para que possa aprovado o Projeto Básico e tomar as demais medidas cabíveis. Contudo, o Estudo Preliminar considera adequado a separação do objeto em lotes (partes) por região, a fim de possibilitar maior concorrência e garantir mais descentralização da operação dos serviços.

**RESULTADOS ESPERADOS**

Com a contratação da empresa de engenharia para realização dos serviços do objeto do projeto básico, é esperado manter a trafegabilidade na zona rural de Brasil novo, garantindo o escoamento da produção da agricultura das famílias que ali residem, bem como dar garantia do acesso desse público aos serviços básicos de saúde e educação. Além disso, com a contratação de empresa especializada, espera-se garantir o emprego das boas práticas de engenharia, com respeito as condições de trabalho e higiene, bem como de segurança as equipes do serviço com uso de EPI.

**RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que o SEPLAN – Setor de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brasil Novo é responsável pela elaboração do presente documento através do representante legal inscrito em decreto e coordenador chefe de setor.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARCELO NEVES DA CRUZ  
Data: 09/04/2024 12:58:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcelo Neves da Cruz  
Coordenador de Planejamento  
Decreto Nº: 583/2023

ALLAN JOHNNYS  
DANTAS  
CARDOSO:073086279  
85

Assinado de forma digital por  
ALLAN JOHNNYS DANTAS  
CARDOSO:07308627985  
Dados: 2024.04.09 12:51:39  
-03'00'

Allan Johnnys Dantas Cardoso  
Engenheiro Civil  
CREA-PA: 151712096-9  
CPF: 073.086.279-86





## MAPA DE RISCOS

### 1. Dados do Processo:

Objeto:

CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NAS VICINAIS 9,19 E 21 RESPECTIVAMENTE NO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO – PA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONTEMPLANDO TRAFEGABILIDADE DE QUALIDADE NAS VICINAIS DO MUNICÍPIO.

### 2. Fase de Análise:

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

### 3. Riscos referente a fase de análise escolhida:

Risco 01: Planejamento deficiente

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: Baixo (x) Médio Alto

Dano(s):

Riscos diversos, impactando desde à qualidade na execução do Objeto, quanto ao tempo de execução, assertividade orçamentária, etc.

Ação(ões) Preventiva(s):

Realizar planejamento eficiente, quantificar e orçar adequadamente o objeto conforme as necessidades reais do município.

Responsável: SEPLAN

Ação(ões) de Contingência: Revisão de quantitativos

Responsável: SEPLAN

Risco 02: Elaboração do Termo de Referência inadequado

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: Baixo (x) Médio Alto

Dano(s):

Utilização, por parte da CONTRATADA, de mão de obra desqualificada, com grandes possibilidades de realização das etapas previstas em desconformidade com o objeto proposto.

Ação(ões) Preventiva(s):





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



Elaborar adequadamente o termo de referência conforme as características do objeto contratado e solicitar a revisão deste, pelo setor competente.

Responsável: SEPLAN

Ação(ões) de Contingência: Refazer o Termo de Referência.

Responsável: SEPLAN

Risco 03: Indisponibilidade financeira

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: Baixo (x) Médio Alto

Dano(s): A não contratação e/ou atraso na conclusão do objeto licitado.

Ação(ões) Preventiva(s):

Planejamento financeiro para Contratações

Responsável: SECRETARIA DE FINANÇAS

Ação(ões) de Contingência:

Reprogramação de Planejamento financeiro

Responsável: SECRETARIA DE FINANÇAS

Risco 04: Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: Baixo (x) Médio Alto

Dano(s):

Entrega de serviços de má qualidade / Prejuízo ao erário.

Ação(ões) Preventiva(s): Avaliação da capacidade técnica Operacional da empresa

Responsável: Setor de engenharia

Ação(ões) de Contingência: Recessão contratual e reinício do processo licitatório

Responsável: CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**4. Fase de Análise:**

Gestão/ execução do objeto

**5. Riscos referente a fase de análise escolhida:**





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



Risco 01: Atraso na contratação

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: (x) Baixo Médio Alto

Dano(s):

Atraso na realização dos serviços propostos.

Ação(ões) Preventiva(s): Fiscalizar o contrato e prazo de execução dos serviços propostos

Responsável: Fiscal de contrato

Ação(ões) de Contingência: Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas do órgão.

Responsável: Fiscal de contrato e ass. Jurídica

Risco 02: Aquisição com preço acima da média do mercado

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: Baixo (x) Médio Alto

Dano(s):

Danos ao erário

Ação(ões) Preventiva(s): Avaliação da Composição dos preços unitários propostos, incluindo composição de BDI e encargos sociais incidentes sobre mão de obra.

Responsável: SEPLAN

Ação(ões) de Contingência: Utilizar sempre os preços dos Bancos de dados do Governo- (SINAPI/SEDOP/SICRO) etc., avaliar todas as cotações, caso existam, e fazer devidos comparativos, para que os preços unitários reflitam a realidade, de forma a resguardar a administração pública contratações que causem prejuízo ao Erário.

Responsável: SEPLAN

Risco 03: Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento à Contratada

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: Baixo Médio (x) Alto

Dano(s):

CONTRATADA se recusar a prestar os serviços propostos, implicando em atrasos na realização da obra.





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



Ação(ões) Preventiva(s): Planejamento Financeiro

Responsável: SECRETARIA DE FINANÇAS

Ação(ões) de Contingência: Reservar os recursos com antecedência

Responsável: SECRETARIA DE FINANÇAS

Risco 04: Execução do objeto da aquisição em desacordo com o acordado

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: Baixo (x) Médio Alto

Dano(s):

Prejuízo ao erário

Ação(ões) Preventiva(s):

Responsável:

Elaboração do termo de referência e Especificações técnicas adequadas; Fiscalização de Contrato; Fiscalização dos serviços executados. Setor de Engenharia

Ação(ões) de Contingência: Sanções e penalidades previstas no Contrato

Responsável: CPL/Assess. Jurídica

## 6. Responsáveis pela elaboração do Mapa de Riscos:

Declaro, para os devidos fins, que o SEPLAN – Setor de Planejamento, Orçamento e Gestão, é o responsável pela elaboração do presente documento, que materializa a prestação dos SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NAS VICINAIS 9,19 E 21 RESPECTIVAMENTE NO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO – PA.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARCELO NEVES DA CRUZ  
Data: 09/04/2024 13:03:47-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Marcelo Neves da Cruz  
Coordenador de Planejamento  
Decreto Nº: 583/2023

ALLAN JOHNNYS  
DANTAS  
CARDOSO:07308627985

Assinado de forma digital por  
ALLAN JOHNNYS DANTAS  
CARDOSO:07308627985  
Dados: 2024.04.09 12:51:58  
-03'00'

Allan Johnnys Dantas Cardoso  
Engenheiro Civil  
CREA-PA: 151712096-9  
CPF: 073.086.279-86





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00



# PROJETO BÁSICO

CONSTRUÇÃO DE PONTES EM MADEIRA NAS VICINAIS 9, 19 E 21 RESPECTIVAMENTE

Brasil Novo, 7 de março de 2024





## **1. DO OBJETO DO PROJETO**

1.1. Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de construção de pontes em madeira nas respectivas vicinais: 9 (nove); 19 (dezenove) e 21 (vinte e um).

1.2. O(s) projeto(s), o contrato, e as especificações técnicas são complementares entre si, tornando-se peça única deste objeto. Portanto qualquer menção feita em um e omitida em outro será considerado (a) especificada e válida.

## **2. DO OBJETIVO DO PROJETO**

2.1. Os objetivos do presente projeto básico é a descrição, caracterização e especificação do objeto com vistas à contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de construção de pontes em madeira, para melhorias na trafegabilidade, mobilidade e segurança à população do município de Brasil Novo em trechos com rios e igarapés que cortam as estradas vicinais.

2.2. Uma vez que as licitantes devem ter um claro retrato do objeto em questão, este projeto básico, junto as demais peças técnicas, tais como, estudo técnico preliminar e memorial descritivo, se prestam a transmitir uma clara representação do objeto.

## **3. DA JUSTIFICATIVA DO PROJETO**

3.1. Brasil Novo é um município brasileiro do estado do Pará, pertencente à Mesorregião do Sudoeste Paraense. Com uma área de 6.362 km<sup>2</sup> e população estimada em 2022 de 24.718 habitantes, segundo dados do IBGE, o município possui uma vasta malha de estradas vicinais no qual dão acesso e trafegabilidade a diversas localidades rurais, povoadas com famílias caracterizadas como pequenos produtores agropecuários de subsistência, como o cultivo do cacau, milho e da criação de gado na região. Além do escoamento da produção dessas famílias, são por essas estradas vicinais que os serviços públicos chegam até tais localidades, como ônibus para transporte escolar das crianças e adolescentes, medicamentos para unidades básicas de saúde rurais e etc.

3.2. Visto isso, as vicinais necessitam de constante atenção, pois é interceptada por vários cursos de água, que muitas vezes, principalmente nos períodos chuvosos, impossibilitam ou dificultam o tráfego viário na região, por esse motivo, se faz necessária a construção de pontes, em alguns locais onde esses elementos ainda não existem ou que estão em situações precárias, garantindo assim a trafegabilidade da população que mora nessas localidades de difícil acesso.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

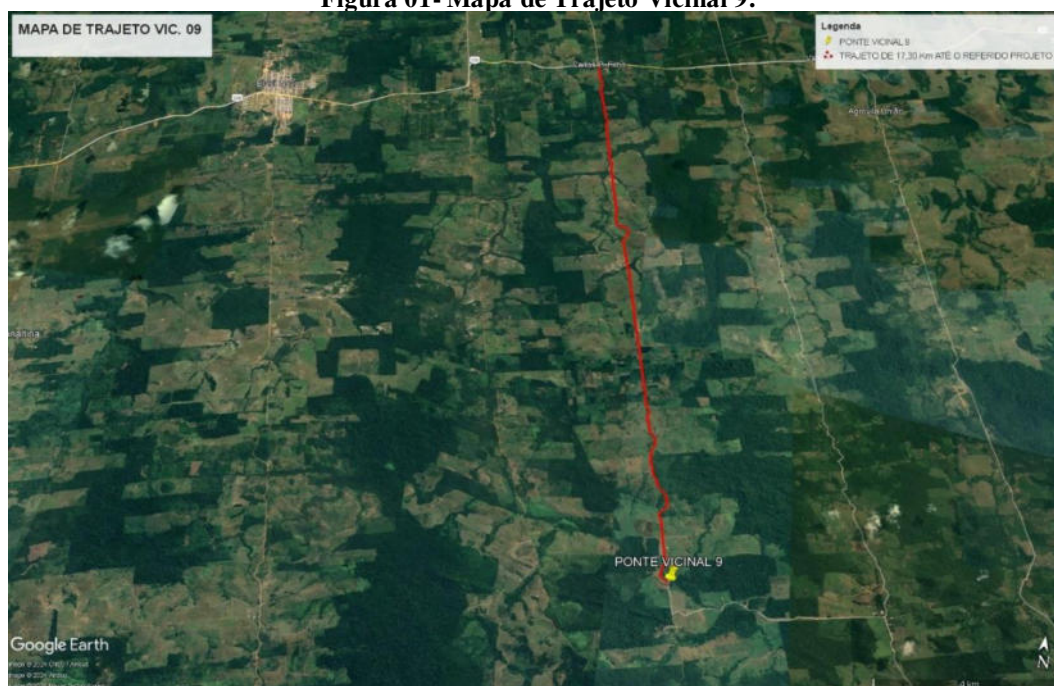
**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



3.3. Diante do exposto, a contratação do objeto visa atender as demandas do município para garantir a trafegabilidade das vicinais, bem como o serviço prestado por contratado com capacidade técnica comprovada mediante certidões emitidas por outras entidades públicas e/ou privadas, ficando sob responsabilidade da empresa contratada a relação de trabalho com os funcionários mobilizados para a execução dos serviços, recaindo sobre ela as contratações, os pagamentos, a previdência e demais auxílios, bem como a disponibilização de EPIs (equipamentos de proteção individual), alimentação e transporte. Além disso, fica sob responsabilidade do CONTRATADO a disponibilização de veículos e maquinários para atendimento do objeto, bem como a manutenção desses maquinários, mantendo-os em acordo com o requisitado pelas normalizações do TEM - Ministério do Trabalho e Emprego.

3.4 Abaixo, as figuras (01, 02, 03 e 04), mostram uma breve ilustração do trajeto e localização onde serão construídas pontes para o melhor acesso e trafegabilidade da população que moram nas respectivas vicinais. Assim como também a tabela 01 onde está exposto os 21 (vinte e um) pontos onde existe a necessidade de construção das pontes e as coordenadas das mesmas.

**Figura 01- Mapa de Trajeto Vicinal 9.**







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
CNPJ: 34.887.950/0001-00



Figura 02- Mapa de Trajeto Vicinal 19.



Figura 03- Mapa de Trajeto Vicinal 21.





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



Figura 04- Mapa de Trajeto Global das Vicinais Contempladas.



Tabela 01- Levantamento de pontes construir nas vicinais pertencentes ao município de Brasil Novo-PA.

PONTES	COORDENADAS	ÁREA (m)
Ponte vicinal 9 (PONTE 01)	-3.427469 S /-52.423661 W	14,50
Ponte vicinal 19 (PONTE 01)	-3.387644 S /-52.668178 W	7,50
Ponte vicinal 19 (PONTE 02)	-3.394887 S /-52.666526 W	7,50
Ponte vicinal 19 (PONTE 03)	-3.487442 S /-52.642090 W	5,00
Ponte vicinal 19 (PONTE 04)	-3.521348 S /-52.633657 W	11,00
Ponte vicinal 19 (PONTE 05)	-3.588345 S /-52.615271 W	12,00
Ponte vicinal 19 (PONTE 06)	-3.615528 S /-52.620545 W	11,50
Ponte vicinal 19 (PONTE 07)	-3.656072 S /-52.633339 W	10,00
Ponte vicinal 19 (PONTE 08)	-3.654707 S /-52.626108 W	12,00
Ponte vicinal 19 (PONTE 09)	-3.686954 S /-52.590948 W	10,50
Ponte vicinal 19 (PONTE 10)	-3.695819 S /-52.586464 W	12,00
Ponte vicinal 21 (PONTE 01)	-3.504143 S /-52.698115 W	16,10
Ponte vicinal 21 (PONTE 02)	-3.531442 S /-52.687703 W	14,10
Ponte vicinal 21 (PONTE 03)	-3.541350 S /-52.684109 W	12,50
Ponte vicinal 21 (PONTE 04)	-3.553454 S /-52.679803 W	18,50





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



Ponte vicinal 21 (PONTE 05)	-3.577455 S /-52.671593 W	13,50
Ponte vicinal 21 (PONTE 06)	-3.584587 S /-52.669036 W	11,30
Ponte vicinal 21 (PONTE 07)	-3.638639 S /-52.658594 W	23,00
Ponte vicinal 21 (PONTE 08)	-3.644437 S /-52.667510 W	8,20
Ponte vicinal 21 (PONTE 09)	-3.661249 S /-52.655057 W	12,20
Ponte vicinal 21 (PONTE 10)	-3.698346 S /-52.642546 W	10,20

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

4.1. As intervenções nas áreas rurais do município de Brasil Novo, por meio da construção de pontes em madeira, visam solucionar os impedimentos de locomoção nas regiões das vicinais, com intuito de garantir a segurança dos usuários, garantindo a trafegabilidade à população do município. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada na especificação técnica, apêndice deste Projeto Básico.

Estão inclusos nas intervenções do objeto os serviços de:

- Administração local da obra;
- Serviços preliminares;
- Placa de obra em chapa galvanizada;
- Execução de almoxarifado em canteiro de obra;
- Mobilização e desmobilização de equipamentos e pessoal;
- Demolição de ponte de madeira existente;
- Pontilhão em madeira de lei legalizada com vigamento;

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade: O SEPLAN (Setor de Planejamento, Orçamento e Gestão) sob levantamento geral por meio de mapas e tabelas existentes no banco de dados da PMBN - Prefeitura Municipal de Brasil Novo, observa a necessidade de contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de construção de pontes em madeira, com fornecimento de material.

5.1.2. Contrato de escopo: não é de natureza continuada.



5.1.3. Empresa consorciada: não se aplica.

5.1.4. Critérios e práticas de sustentabilidade, **quando aplicáveis**:

- a) O uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde indispensável;
- b) automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- c) uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- d) utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- e) Priorização do emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas;
- f) Observação das diretrizes, critérios e procedimentos necessários para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010.

5.1.5. Duração do contrato: Vigência e execução de **12 (doze)** meses, podendo ser prorrogado.

5.1.6. Necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: não se aplica.

5.1.7. Soluções de mercado: não se aplicam, porque para o objeto em tela existem vários fornecedores.

5.1.8. Declaração de que possui aparelhamento e pessoal técnico disponível para a execução do objeto, com a descrição de equipamentos mínimos, equivalentes ou similares, bem como seus quantitativos devidamente listados, mantidas suas capacidades e especificações técnicas mínimas solicitadas com a relação da equipe técnica que se responsabilizará pelas obras, acompanhada de sua qualificação, integrada, obrigatoriamente pelo profissional detentor de atestados de comprovação da capacidade técnica exigido;





5.1.9. A comprovação do vínculo empregatício com a licitante será mediante Contrato Social, no caso de sócio ou por meio de apresentação de cópia de contrato de trabalho, carteira de trabalho ou ficha de registro de emprego, ou ainda Certidão de Registro e Quitação expedida pelo CREA.

5.1.10. Caso seja apresentada Certidão de Registro do CREA, o licitante deverá anexar cópia do contrato de prestação de serviços, com vistas a comprovar a validade do referido documento.

5.1.11. Prova de Registro ou inscrição da empresa licitante e de seus Responsáveis Técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais. No caso de empresas e profissionais não inscritas nos Conselhos do Estado do Pará, deverão ser providenciados os respectivos vistos destes Conselhos Regionais até a data da assinatura do contrato conforme Resolução Confea nº1007 de 05/12/2003, art. 58 da Lei 5.194 de 1966.

## **6. DA FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Os valores de referência para a construção das pontes em madeira foram definidos com base nas tabelas públicas de preço, descritas abaixo:

6.1. O critério de julgamento, para os grupos de itens será definido posteriormente pela CPL - comissão permanente de licitação, como base a tabela de preços praticados pela SINAPI/PA, referente ao Estado/Unidade Federativa de execução dos serviços e SEDOP/PA, referente a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Estado do Pará, no mês vigente quando da execução dos serviços objeto deste certame.

6.2. De forma complementar, foram utilizadas bases de composição própria (COMPY 02,03,04 respectivamente), EMOP e SICRO3 -01/2023 - PA para referenciar composições próprias elaboradas pelo setor de engenharia da PMBN - Prefeitura Municipal de Brasil Novo.

6.3. Para a apresentação detalhada da planilha sobre o custo direto de obra incide a Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 24,01 %, o percentual foi obtido através de parâmetros prescritos pelo Tribunal de Contas da União, mediante o Acórdão nº 2622/2013.

6.4. No percentual de desconto oferecido será considerado duas casas decimas, levando em consideração, o preço dos serviços e material, incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive taxas, impostos, frete e outros que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado, conforme código da tabela SINAPI.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



I. É importante ressaltar que na planilha de composição detalhada do BDI, não se deve incluir alíquotas relacionadas aos tributos de IRPJ e CSLL, em função de sua natureza direta e personalista.

II. Para a definição dos valores dos materiais será considerada a tabela de preços de materiais do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, vigente na data da licitação, acrescido do custo de despesas diretas e indiretas, observados o percentual de desconto apresentado na proposta, e ainda seguindo os seguintes critérios de utilização:

Utilizar primeiramente a tabela do SINAPI. Em último caso, se o item de custo não constar em nenhuma tabela, as composições serão elaboradas por meio de composição própria baseados em valores do mercado de construção civil da região.

6.5. Os materiais a serem usados no contrato serão de "PRIMEIRA LINHA", podendo a fiscalização verificar a sua qualidade a qualquer tempo e aceitar, ou não, a marca / modelo fornecido / instalado caso a qualidade do material ou insumo não seja compatível com o preço especificado na tabela referencial ou na pesquisa de preços.

6.6. Todos os materiais a serem empregados serão novos e certificados pelo INMETRO, podendo ser submetidos amostras à aprovação da fiscalização antes do seu emprego.

**Tabela 02- Estimativa de Preço.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÉDIO ESTIMADO	
		MENSAL APROXIMADO	TOTAL
I	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE PONTES EM MADEIRAS NAS RESPECTIVAS VICINAIS: VICINAL 09; VICINAL 19 E VICINAL 21.	280.028,24	3.360.338,90

**7. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO E/OU DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**

7.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTRATANTE: Município de Brasil Novo.

7.2. CONTRATADA: Empresa proponente, vencedora da licitação, com a qual se celebra o contrato.





7.3. **PROJETO BÁSICO:** é recomendado que a contratada descreva a prestação dos serviços que contém os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, com a contratação e os elementos necessários e suficientes com nível de precisão adequado para caracterizar o serviço a ser contratado, além de estabelecer direitos e obrigações, frequências, periodicidade, ferramentas e equipamentos, insumos, quadro de pessoal, controle e monitoramentos a serem adotados pela Contratada.

7.4. **MANUTENÇÃO:** conjunto de atividades que visam a assegurar capacidade plena e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável das edificações, equipamentos, sistemas e instalações, preservando-lhes as características e o desempenho.

7.5. **MANUTENÇÃO OU CONSERVAÇÃO PREVENTIVA:** conjunto de ações ou de operações de manutenção ou conservação executadas sobre um equipamento, sistema ou produto, com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade por meio de inspeções sistemáticas, objetivando mantê-lo(s) operando ou em condições de operar dentro das especificações do fabricante. Dentre essas atividades preventivas incluem-se: ensaios, testes, ajustes, calibrações, limpeza geral, pinturas, reconstituições de partes com características alteradas, substituições de peças ou equipamentos desgastados, reorganização interna e externa de componentes, adaptações de componentes, entre outras.

7.6. **MANUTENÇÃO OU CONSERVAÇÃO CORRETIVA:** conjunto de ações ou operações de manutenção ou conservação desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, o equipamento, sistema ou instalação após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente.

7.7. **ROTINA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS:** é o detalhamento das tarefas que deverão ser executadas em determinados intervalos de tempo, sua ordem de execução, especificações, duração e frequência.

7.8. **RESPONSÁVEL TÉCNICO (RT):** profissional pertencente ao quadro técnico da Empresa, com as qualificações e formação exigidas, que responde por todas as obras e/ou serviços de sua área, a executar-se ou em execução na vigência de seu contrato com essa Empresa.

7.9. **FISCAL OU GESTOR DO CONTRATO:** é o representante da Administração, especialmente designado, na forma da Nova Lei de Licitações e Contratos Nº 14133/2021, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.



7.10. **UNIDADE DE SERVIÇO OU UNIDADE DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO:** é o parâmetro de medição adotado pela Administração para possibilitar a quantificação dos serviços e a aferição dos resultados.

7.11. **ORDEM DE SERVIÇO:** é o documento utilizado pela Contratante para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução dos contratos de prestação de serviços que deverá estabelecer quantidades estimadas, prazos e custos da atividade a ser executada e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado.

7.12. **MATERIAL BÁSICO:** são os materiais de consumo, peças de reposição e insumos relacionados as manutenções nas edificações e ferramental básicos, necessários ou complementares à sua utilização, a serem utilizados na execução dos serviços contínuos e/ou eventuais, cujos custos já estão incluídos na composição da mão de obra contínua, na parcela referente à equipamentos e ferramentas.

7.13. **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs):** são os exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho, para execução dos serviços tais como: uniformes, capacetes, botas, luvas de borracha, cinto de segurança, óculos, máscaras, protetores auriculares e capas plásticas.

7.14. **MATERIAIS DE CONSUMO OU REPOSIÇÃO:** são os materiais que por defeito, quebra, fadiga ou por fim da vida útil necessitem ser substituídos nos equipamentos e sistemas.

7.15. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS:** os serviços contratados serão fiscalizados por pessoal credenciado e designado pela prefeitura municipal de Brasil Novo através da portaria de fiscalização de contrato, para verificação e ateste do emprego dos procedimentos adequados de engenharia em conformidade com as instruções normativas e técnicas, bem como o emprego das condutas de segurança de trabalho.

## **8. DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1. A prestação de serviços, objeto deste Projeto Básico, refere-se as atividades necessárias para a entrega de pontes em madeira bem estruturadas e garantindo para a população e demais usuários, segurança, conforto e trafegabilidade.

8.2. Visa cumprir políticas públicas ligadas ao bem-estar social ao melhorar a infraestrutura das vias.





8.3. Qualquer alteração nas características originais daquilo apontado neste Projeto Básico somente poderá ser realizada mediante prévia, por escrito e expressa autorização da Contratante.

8.4. Os valores referentes à mão de obra, já estão acrescidos dos encargos sociais. Esclarecemos que conforme o art. 58 da CLT os trabalhadores deverão ter uma jornada semanal de 44 horas, sendo que para os trabalhadores da construção civil ficou convencionado uma jornada de trabalho mensal de 220 horas. Esse resultado é obtido pela divisão de 44 pelo número 6, que são os dias de trabalho normal pela legislação e depois multiplicado por 30 dias.

8.5. Para os materiais e insumos deverão ser utilizados os valores da tabela de preços de materiais do SINAPI vigentes na data da licitação, e sobre eles aplicado o percentual de BDI apresentado no certame literário para os materiais.

8.6. Foi definido, para a parcela de mão de obra do objeto da licitação, o percentual de BDI de 24,01%, mensurados conforme o “Demonstrativo dos BDIs Estimados nos Orçamentos Desonerados de Obras da SEDOP/PA”.

8.7. Foi definido, para a parcela de materiais e insumos do objeto da licitação, o percentual de BDI de 24,01%, mensurado conforme o “Demonstrativo dos BDIs Estimados nos Orçamentos Desonerados de Obras da SEDOP/PA”, item 2 – itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos.

## **9. DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS**

9.1. Será de inteira responsabilidade da Contratada assegurar a prestação dos serviços durante os horários definidos pela Contratante.

9.2. A CONTRATADA realizará todas as rotinas de execução de serviços de que se fizerem necessários para a materialização do objeto de contrato conforme planilha orçamentária (planilha de quantidades e preços).

9.3. Os serviços especificados no contrato não excluem outros, de natureza similar, que porventura se façam necessários para a boa execução da tarefa estabelecida pela Contratante, obrigando-se a Contratada a executá-los prontamente como parte integrante de suas obrigações, devendo ser prevista forma de remuneração adequada e legal pelo serviço executado, seja por Termo Aditivo Contratual ou outra forma acordada entre Contratante e Contratada.

9.4. Os serviços solicitados deverão ser autorizados pelo Gestor do contrato, mediante Ordem de Serviço, devendo a mesma, quando solicitada, disponibilizar, para a execução dos serviços,



profissionais capacitados e especializados, bem como fornecer o material e insumos necessários para sua execução.

9.5. Deverão ser elaborados, **previamente à emissão da Ordem de Serviços, para fins de avaliação dos custos e prazo de execução dos serviços pela Contratada**, os seguintes documentos:

9.6. Planilhas de orçamento com fonte de custos baseada nas tabelas de preços do SINAPI-PA **vigentes na data da licitação**;

9.7. Os serviços objeto deverá ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial as Normas da ABNT, Manual de Obras Públicas.

9.8. A critério da Contratante, poderão ser fornecidos, eventualmente, pela Contratante, especificações técnicas, desenhos e projetos adicionais a serem seguidos rigorosamente durante a execução dos serviços objeto deste Projeto Básico.

9.9. As planilhas de orçamento a serem apresentadas pela Contratada deverão possuir, no mínimo, o código do item de custo das tabelas SINAPI-PA (ou ainda, a referência para os preços estimados por orçamentos), o quantitativo, especificação simplificada com marca e modelo do material (quando possível), valor unitário de cada item conforme a tabela de referência, **valor unitário de cada item com o percentual de desconto contratado**, valor total por item, percentual do BDI e o respectivo valor total do BDI, desconto do ISS caso a alíquota do município seja menor que a prevista no BDI de referência, além de observações que porventura se façam necessárias conforme o caso. **As planilhas deverão ser assinadas por profissional habilitado da Contratada.**

## **10. DA ORDEM DE SERVIÇO (O.S.)**

10.1. Cada O.S. - Ordem de Serviço deve conter todas as informações necessárias para obter o melhor controle na execução dos serviços e no controle das faturas da Contratada. Essas faturas devem ser apresentadas na forma de Boletins de Medição e apresentadas periodicamente.

10.2. A autorização para a execução do serviço, através da emissão da O.S. - Ordem de Serviço, só poderá ser realizada pelo: Gestor do contrato ou pessoa por ele oficialmente indicada.

10.3. A O.S. - Ordem de Serviço - e o relatório emitido pelo Gestor do Contrato serão os únicos documentos que provam a execução do serviço e serão utilizados como comprovante para que o Gestor do contrato ateste a respectiva nota fiscal.





10.4. Durante a execução ou após a conclusão dos serviços pela Contratada, a equipe técnica da Contratante, por meio de seu Gestor de Contrato responsável, por solicitar correções por falta de qualidade ou expedir a confirmação da execução conforme as normas técnicas aplicáveis.

10.5. A contratada deverá apresentar o Relatório Financeiro com as mesmas informações da O.S. atestada, sob pena de inadimplência dos documentos que não apresentarem tais informações.

## **11. DAS NORMAS DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

11.1. Os materiais, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução dos serviços serão disponibilizados pela Contratada, sem ônus adicional para a Contratante, face ao fato dos respectivos custos já comporem uma parcela dos valores referentes à mão de obra para a execução dos serviços.

11.2. Os orçamentos serão elaborados pela Contratada em níveis analítico e sintético, e contemplarão as composições de todos os serviços e profissionais envolvidos, bem como respectivos códigos, custos unitários e totais, e demais informações complementares.

11.3. Os valores decorrentes das (O.S.) Ordens de Serviços finalizadas e aprovadas pela Fiscalização serão faturados mensalmente, mediante a medições, relatórios fotográficos e apresentação de Nota Fiscal específica, conforme pré-definidos no edital.

**11.4. Os serviços somente serão considerados executados mediante a aprovação, pela Fiscalização, de todas as etapas, incluídas a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.**

11.5. A execução dos serviços relativos a cada O.S. poderá ser acompanhada por funcionário designado pelo Gestor do Contrato.

11.6. O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem Ordem de Serviço dar-se-ão em até 10 (dez) dias úteis, contados da data da comunicação, por escrito da conclusão dos serviços pela Contratada, após a realização de teste de conformidade e verificação das especificações técnicas do Projeto Básico e do orçamento aprovado, que será efetivado pelo Gestor do Contrato.

11.7. Durante o prazo de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a Contratante.

11.8. O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados.



## **12. DAS NORMAS TÉCNICAS E INSTRUÇÕES DE EXECUÇÃO**

12.1. Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer a todas as normas brasileiras vigentes atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas.

12.2. As dimensões e tolerâncias das peças de madeira devem atender os requisitos previstos em normas.

12.3. A execução da obra deve no mínimo:

- Atender a todos os requisitos do projeto, inclusive quanto a escolha dos materiais a serem empregados;
- Receber e aceitar as peças e demais matérias, com base em inspeção visual e avaliação de laudos técnicos dos lotes;
- Utilizar pessoal devidamente capacitado, com treinamento atualizado;
- Utilizar equipamentos e ferramentas apropriados à execução dos serviços e condições específicas de projeto;
- Informar ao projetista sobre condições não previstas observadas no projeto.

12.4. Deve-se inspecionar toda a obra, substituindo peças eventualmente danificadas.

12.5. A liberação ao tráfego só deverá ser permitida após aprovação dos requisitos de inspeção final.

12.6. Todo o processo existente para a execução da obra deve ser seguido rigorosamente.

## **13. DA MÃO DE OBRA**

13.1. A Contratada deverá disponibilizar, na execução do contrato, toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico e nos prazos estipulados em cronograma físico-financeiro, devem ser observadas rigorosamente todas as normas trabalhistas aplicáveis à categoria dos profissionais que executarão os serviços, conforme escopo estabelecido em planilha contratual.

13.2. A equipe de serviço será composta por profissionais qualificados e especializados, cuja função será executar, conforme demanda da Contratante, os serviços considerados indispensáveis, rotineiros, preventivos, corretivos e/ou emergidas nas edificações que pertencem à contratante.





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



13.3. A formação e atribuições dos profissionais, bem como quantitativos mínimos exigidos para a equipe técnica, deverá constar na planilha referencial para execução dos serviços para que seja aprovado previamente pela Contratada.

13.4. As escalas de trabalho serão estabelecidas pela Contratada, analisadas e aprovadas pela Fiscalização, atendendo as quantidades máximas de duração de trabalho previstas na Convenção Coletiva da Categoria de cada profissional. A jornada de trabalho deverá respeitar o intervalo de, no mínimo, 1h (uma hora) para o almoço.

13.5. Tendo em vista o disposto nas Convenções Coletivas, no art. 74, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, e no art. 2º da Portaria N° 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, a Contratada deverá realizar o controle da jornada de trabalho, da assiduidade e pontualidade de seus empregados.

13.6. O gestor do contrato definirá, de acordo com a demanda de serviços, junto à Contratada o efeito necessário para atender as necessidades previstas no contrato.

13.7. A substituição / reposição imediata dos colaboradores nos casos de afastamento ocasionados por faltas, férias e outras ausências legais, ou a pedido do gestor do contrato, deverá ser realizado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

13.8. A Contratada deverá, após assinatura do contrato, apresentar comprovante de capacitação dos funcionários através da carteira de trabalho ou de diplomas de cursos de capacitação, com os seguintes requisitos:

13.9. **Pedreiro:** Profissional com conhecimento para execução supervisionada de alvenarias, revestimentos, pisos cimentados, pisos cerâmicos, assentamentos de azulejos, meio fio de concreto, mourões de cerca, concretagem de lajes, cintas, vigas, pilares, instalações hidrossanitárias, elétricas e demais serviços afins.

13.10. **Servente:** Profissional supervisionado pelo mestre de obras / pedreiro / encanador / eletricitista / jardineiro, para auxiliar a execução de tarefas braçais tais como, escavações, demolições, retiradas, transporte de entulhos e insumos.

13.11. **Operador de máquinas pesadas:** Profissional habilitado, com curso próprio para manuseio dos equipamentos pesados, ajustam e operam máquinas de produção, garante a qualidade das máquinas e matem a limpeza e organização delas.



13.12. **Motorista de caminhão:** Profissional habilitado, movimentam cargas volumosas e pesadas, podem, também, operar equipamentos, realizar inspeções e reparos em veículos, vistoriar cargas, além de verificar documentação de veículos e de cargas.

13.13. **Carpinteiro:** Profissional habilitado, efetuam trabalhos de carpintaria, cortando, armando, instalando e reparando peças de madeira, utilizando ferramentas manuais e mecânicas.

13.14. **Armador:** Profissional habilitado, preparam a confecção de armações interpretam projetos de arquitetura e estrutural. Montam máquinas de corte, relacionam materiais para armação de ferragens, selecionam vergalhões, medem, cortam e dobram ferragens e armações.

13.15. **Engenheiro Civil:** Profissional habilitado, trabalham com obras em infraestrutura, transporte, saneamento, bem como em obras ambientais e hidráulicas, no serviço público e privado, em instituições de ensino e pesquisa, na elaboração de projetos de arquitetura, cálculos de e estrutura em diversos materiais e outras.

13.16. Os profissionais serão funcionários da Empresa Contratada e prestarão serviços com vistas à materialização do objeto contratado.

#### 14. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

14.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

14.2. Todo material empregado na obra deverá estar em conformidade com normativa técnica, sendo rejeitados aqueles que não se enquadrarem nas especificações fornecidas.

14.3. Serão aceitos materiais que possam substituir os especificados, desde que consultada previamente a fiscalização.

14.4. A contratada se obriga a demonstrar a qualidade do material ou equipamento proposto apresentando laudos comprobatórios de acordo com as normas da ABNT, e/ou testes de ensaios realizados por institutos ou laboratórios tecnológicos credenciados.

14.5. Os materiais que não possam atender as condições acima poderão ser aceitos pela fiscalização, desde que satisfaçam as normas relativas à sua finalidade, demonstrando seu comportamento satisfatório, no mercado, após 5 (cinco) anos de uso.





14.6. Na seleção dos materiais, satisfeitos os requisitos de preço e qualidade, os de fabricação nacional terão preferência sobre os de outras procedências.

## **15. DA FIXAÇÃO E DO CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO**

15.1. Tendo em vista o disposto nas Convenções Coletivas, no art. 74, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, e no art. 2º da Portaria N° 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, a Contratada deverá realizar o controle da jornada de trabalho, da assiduidade e pontualidade de seus empregados.

## **16. DO PREPOSTO DA CONTRATADA**

16.1. A Contratada manterá, durante todo o período de vigência do contrato, um preposto, com fins de representá-la administrativamente, sempre que necessário, devendo indicá-lo mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identidade e do CPF, endereço e telefones residencial e de celular, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros.

16.2. O preposto deverá estar apto a realizar visita técnica para quantificar os serviços a serem realizados no intuito de encaminhar a planilha referencial de serviços para a Administração Pública.

16.3. O Preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas dos serviços prestados.

16.4. A Empresa orientará o seu Preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

16.5. A Contratada deverá instruir seu Preposto quanto à necessidade de **atender prontamente a quaisquer solicitações da Contratante, do Gestor do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas**, desde que de acordo com a legalidade, e **devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.**

16.6. São atribuições do Preposto, dentre outras:

16.7. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da Contratante;



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



16.8. Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e das instalações da Contratante colocados à disposição dos empregados da Contratada:

16.9. **Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades da Contratante e da Gestão do contrato;**

16.10. Apresentar informações e/ou documentação solicitada pelas autoridades da Contratante e/ou pela Fiscalização do contrato, inerentes à execução e às obrigações contratuais, em tempo hábil.

16.11. Reportar-se ao Gestor do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços e das demais obrigações contratuais;

16.12. **Relatar ao Gestor do contrato, pronta e imediatamente, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada;**

16.13. Garantir que os funcionários se reportem sempre à Contratada, primeiramente, e não aos servidores/autoridades da Contratante, na hipótese de ocorrência de problemas relacionados à execução contratual;

16.14. Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;

16.15. Encaminhar ao Gestor do Contrato todas as notas fiscais/faturas dos serviços prestados, bem como toda a documentação complementar exigida neste Projeto Básico;

16.16. Esclarecer quaisquer questões relacionadas às notas fiscais/faturas dos serviços prestados, ou de qualquer outra documentação encaminhada, sempre que solicitado;

16.17. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo perante a Contratante por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

17.1. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado pela Administração Pública como Gestor do Contrato.

17.2. Efetuar o pagamento na forma convencionada no Contrato.

17.3. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Projeto Básico.





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



17.4. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa prestar os serviços, por meio dos seus empregados, dentro das normas trabalhistas vigentes e cláusulas do Contrato.

17.5. Propiciar acesso aos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços.

17.6. Prestar as informações e os esclarecimentos, necessários à prestação dos serviços, que venham a ser solicitados pela Contratada.

17.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos da Nova Lei de Licitações e Contratos Nº 14133/2021.

17.8. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Empresa Contratada, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante.

17.9. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.

**17.10. Exigir o afastamento e/ou substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, de qualquer colaborador da Contratada que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe forem designadas.**

17.11. Comunicar, por escrito, à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.

**17.12. Não permitir que os profissionais executem tarefas em desacordo com as condições pré-estabelecidas.**

17.13. Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios, Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas, Recolhimento das Contribuições Sociais (FGTS e Previdência Social), tributos estaduais e federais, além de qualquer outro procedimento de verificação que julgar necessário.

**17.14. Aplicar à Contratada, penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o direito ao contraditório e a ampla defesa.**

- Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, deverá oficiar ao Ministério da Previdência Social e a Receita Federal do Brasil - RFB.



- Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, deverá oficialar ao Ministério do Trabalho e Emprego.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

18.1. Responsabilizar-se pelo recolhimento de seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas, alimentação, transporte, inclusive licença em repartições públicas, registre e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, e demais obrigações social e trabalhista prevista nas legislações em vigor, não transferindo à Contratada, a responsabilidade por seus pagamentos, obrigando-se e saldá-los na época própria;

18.2. A inadimplência de licitante com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior não transfere à Contratada, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto dessa licitação; Apresentar mensalmente a Nota Fiscal / Fatura discriminativa dos serviços efetivamente prestados, **até o quinto dia útil do mês subsequente àquele a que se referem os serviços**, acompanhada do demonstrativo de cálculo, juntamente com os comprovantes de quitação dos salários dos empregados, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, previstos em lei de acordo com a Convenção Coletiva da Categoria, relativo a todo o pessoal a serviço deste Contrato;

18.3. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários de pessoal neles empregados, como também os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como taxas, impostos e quaisquer outras exigências legais ou regulamentares que venham a incidir sobre a atividade aqui pactuada;

18.4. Responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes de adjudicação deste Contrato;

18.5. Comprovar a formação técnica específica de mão de obra oferecida quando da apresentação do profissional ao serviço;

18.6. Prover toda a mão de obra necessária para garantir a operação dos postos, conforme requisitado pela administração, obedecida as disposições da legislação trabalhista vigente;

18.7. Para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração e suprir eventuais faltas disciplinares, a empresa deverá manter mão de obra qualificada dentro dos padrões desejados para substituição imediata no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

18.8. Instruir seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tornando-se obrigatório o uso dos equipamentos de segurança de seus colaboradores;





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- 18.9. Relatar à Gerência de Apoio Administrativo e Logístico toda e qualquer irregularidade observada nos postos onde houver prestação de serviços;
- 18.10. Manter a disciplina de seus colaboradores nos locais de serviço, conforme normas disciplinares determinadas pela Contratada;
- 18.11. Responsabilizar-se pelos serviços prestados, devendo os mesmos serem prestados com esmero, boa qualidade e nos termos da legislação vigente;
- 18.12. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações;
- 18.13. **Nomear encarregado responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento do mesmo, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços.** O encarregado quando necessário, fica obrigado a se reportar diretamente ao gestor de contrato, devendo tomar as providências pertinentes para corrigir as falhas apontadas;
- 18.14. **Assumir todas as responsabilidades e medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seu encarregado, respondendo por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho;**
- 18.15. Registrar e controlar diariamente a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, bem com as ocorrências;
- 18.16. Os funcionários que executarão os serviços devem ser profissionais qualificados, podendo ser solicitado pela Administração do Executivo Municipal comprovação de capacitação técnica na área de atuação do respectivo colaborador;
- 18.17. Zelar pelos postos de serviços bem como pelos móveis e utensílios existentes, reparando-os ou substituindo-os, por sua cota quando danificados ou extraviados, durante o horário de serviço de seus colaboradores. Os bens substituídos deverão ser comunicados à Contratada, para fins de controle patrimonial;
- 18.18. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços, bem como a má conservação e utilização dos móveis e utensílios, ficando desde já autorizado à Contratada descontar os valores correspondentes nas faturas devidas;



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



18.19. Indenizar a Contratada no caso de subtração de seus bens ou valores, bem como por acesso indevido a informações de uso restrito a Contratada, quando tais atos forem praticados por seus colaboradores, prepostos com ou sem consentimento destes, responsabilizando-se também pela reparação que tal prejuízo possa causar;

18.20. Credenciar junto à Contratada, os colaboradores que necessitam adentrar as instalações da Contratada, para prática de qualquer ato necessário junto aos seus representados;

18.21. **Permitir o acesso diário da Contratada ao controle de frequência de seus colaboradores;**

18.22. Arcar com o pagamento de quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada por autoridade competente, em decorrência da inobservância por parte de seus colaboradores, dos postulados legais e vigentes de âmbito Federal;

18.23. Fica proibida a licitante vencedora de veicular publicidade acerca do objeto desta licitação, salvo se houver prévia autorização da Contratada;

18.24. Deverá registrar, quando necessário, as ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA-PA.

18.25. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus colaboradores quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Contratante, inclusive por danos causados a terceiros;

18.26. Atender integralmente as determinações/obrigações deste Projeto Básico;

18.27. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo componentes, materiais e acessórios necessários para a execução;

18.28. Caberá à Contratante, de acordo com as planilhas anexadas ao Contrato, o pagamento da reconstituição das partes afetadas devido a intervenções estritamente necessárias à execução dos serviços - assim entendido e atestado pela Gestão do Contrato;

18.29. Caberá a Contratada o ônus da reconstituição das partes desnecessariamente danificadas, caracterizando má execução dos serviços;





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



18.30. Orientar seus colaboradores a se manterem sempre limpos, asseados e devidamente uniformizados, além de identificação por crachá, uso obrigatório de EPIs, quando em serviço nas dependências da Contratante;

18.31. Responder por quaisquer prejuízos que seus colaboradores ou prepostos comprovadamente causem ao patrimônio da Contratante, ou a terceiros, durante a permanência no local de serviço, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, precedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos da Nova Lei de Licitações e Contratos Nº: 14133/21.

18.32. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a Contratante, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Administração Pública;

18.33. Respeitar normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da Contratante;

18.34. Fiscalizar regularmente os seus colaboradores designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

18.35. Refazer os serviços que, a juízo do representante da Contratante, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;

18.36. Manter o vínculo empregatício com os seus colaboradores, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros, indenizações e tributos pertinentes. A inadimplência da Contratada para com estes encargos não transfere à Contratante (Administração) a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

**18.37. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus colaboradores.**

18.38. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante.

18.39. Utilizar equipamentos/ferramentas de primeira qualidade, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações do Contratante e à prestação dos serviços.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



18.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

18.41. Dotar equipamentos elétricos de sistema de proteção, de moto a evitar danos à rede elétrica, sob pena de responsabilidade;

18.42. Manter, nas dependências da Contratante, devidamente identificadas, a quantidade e a espécie dos equipamentos/ferramentas necessários à execução dos serviços objeto do contrato, devendo providenciar e disponibilizar qualquer outro equipamento julgado indispensável para a realização dos serviços;

18.43. Proceder a limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução dos serviços realizado;

18.44. Informar a Fiscalização, para efeito de controle de acesso as suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os colaboradores a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela Contratada para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado na Contratante;

18.45. Informar a Fiscalização, também para efeito de controle de acesso em suas dependências, todas as ocorrências de afastamento definitivo e novas contratações de colaboradores, devendo estas serem comunicadas até a data de início do trabalho dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

18.46. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal, os adicionais previstos em legislação, convenção coletiva ou dissídio coletivos da categoria profissional, bem como quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com este contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarado pela Contratada, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus colaboradores e a Contratante;

18.47. Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus colaboradores que estejam em algum momento envolvidos na prestação de serviço aqui contratado, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recuso cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a Contratante;





18.48. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus colaboradores no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a Contratante;

18.49. Fornecer aos seus colaboradores, desde o início da execução dos serviços prestados, uniformes novos, em quantidades descritas abaixo, submetendo-os previamente à aprovação do gestor do contrato junto a Contratante;

**O uniforme deve ser composto de:**

- 2 (duas) calças compridas tipo “jeans” ou sarja; 2 (duas) camisetas ou camisas;
- 1 (um) cinto de nylon;
- 2 (dois) pares de botina com sola de borracha, e biqueira de proteção de acordo com a categoria profissional;
- 4 (quatro) pares de meia;
- 1 (uma) capa de chuva;
- 1 (um) crachá de identificação.

18.50. Demais itens previstos em convenção coletiva necessários para vestimenta dos profissionais;

18.51. As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, duráveis e que não desbotem facilmente, compatível com o clima do local onde deverá ser realizado o serviço e, se for o caso, com o disposto no respectivo acordo, convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;

**18.52. Os uniformes deverão conter o emblema da Contratada, de forma visível, preferencialmente, na camisa,** podendo para isso conter um bolso, do lado esquerdo, para sua colocação;

18.53. Todos os sapatos ou botinas deverão ser em couro maleável de boa qualidade, não sintético;

**18.54. Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e materiais deverão ser repassados aos seus colaboradores;**

18.55. A Contratada deverá substituir as peças do uniforme que apresentarem defeito ou desgaste independentemente do prazo mínimo estabelecido, sem qualquer ônus à Contratante ou aos colaboradores;



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



18.56. Fornecer além do uniforme acima, equipamentos de proteção individual – EPIs a todos os colaboradores cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor. Deverão ser disponibilizados todos os EPIs necessários para a segurança dos profissionais, de acordo com a sua especialidade, levando em consideração as normas que regem as leis trabalhistas;

18.57. Cumprir, além das normas de segurança constantes destas especificações, todas as outras disposições legais, federais, estaduais, e distritais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços;

18.58. Cuidar para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente as instalações da Contratante, providenciando sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço;

18.59. Fornecer aos seus colaboradores até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, os vales-transportes e alimentação, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

18.60. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, a remuneração dos seus colaboradores utilizadas no serviço contratado, via depósito bancário na conta dos mesmos, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante, bem como recolher no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos colaboradores, exibindo sempre que solicitado, as comprovações respectivas;

18.61. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento de remuneração de seus colaboradores ao pagamento das faturas mensais efetuadas pela Contratante;

18.62. O atraso no pagamento de fatura por parte da Contratante, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a Contratada de promover o pagamento dos colaboradores nas datas regulamentares;

18.63. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

18.64. Manter arquivo com toda a documentação relativa à execução dos serviços contratado, inclusive ao cumprimento de suas obrigações salariais, as Carteiras de Trabalho e Previdência Social, deverão ser encaminhadas à Contratante;





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



18.65. Caso solicitado previamente pela Contratante, a Contratada deverá executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida;

18.66. Cumprir o disposto o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal / 1988;

18.67. “ XXXIII – a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos”;

18.68. Apresentar, mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, comprovantes de pagamento do vale-alimentação, vale-transporte e salários, relativos aos colaboradores alocados na execução do serviço contratado, bem como comprovante/guia de recolhimento dos tributos incidentes sobre esse serviço, em especial, no tocante ao INSS e ao FGTS;

- A contratada deverá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Física de sua respectiva região, em nome do profissional aludido no CAT - Cadastro de Comunicação de Acidente de Trabalho, válida na data da apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais, que comprove possuir aptidão de atividade relacionada com as características do objeto;

18.69. Os itens de maior relevância serão apresentados a seguir, e dizem a respeito da execução dos serviços, a saber:

**Tabela 03- Dos Itens de Relevância.**

ITEM	OBJETO DO CONTRATO	DOS ITENS DE RELEVÂNCIA
I	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE PONTES EM MADEIRAS NAS	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E COLOCAÇÃO DE PILAR EM MADEIRA DE LEI 50 CM DE DIÂMETRO
		FORNECIMENTO, TRANSPORTE E COLOCAÇÃO DE APOIO EM MADEIRA DE LEI 50X50 CM
		FORNECIMENTO, TRANSPORTE E COLOCAÇÃO LONGARINAS EM MADEIRA DE LEI 50 CM DE DIÂMETRO
		FORNECIMENTO, TRANSPORTE E COLOCAÇÃO TABULEIRO 5X30 CM



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



RESPECTIVAS VICINAIS: 9, 19 e 21.	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E COLOCAÇÃO DE TRAVAMENTO EM MADEIRA 6X12 CM
	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E COLOCAÇÃO DE RODEIRO EM MADEIRA 6X25 CM
	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E COLOCAÇÃO DE GUARDA RODAS 20X20 CM
	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E COLOCAÇÃO GUARDA CORPO (DEFESA)

**19. DA FORMA DE PAGAMENTO**

Para o recebimento dos serviços será necessário a anuência do gestor de contrato na Ordem de Serviços, validando que todos os trabalhos previstos na planilha orçamentária foram executados.

Após a validação do gestor de contrato dos trabalhos realizados, será liberada a emissão da Nota Fiscal separadas por Ordem de Serviço. Os pagamentos serão feitos em até 30 (trinta) dias após a emissão da Fatura devidamente atestada.

**20. DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com o valor total de R\$ 3.360.338,90 (três milhões, trezentos e sessenta, trezentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**Tabela 04- Da Vigência do Contrato.**

<b>DA VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>			
<b>ITEM</b>	<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	<b>PRAZO ESTIMADO</b>	<b>VALOR</b>
<b>I</b>	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE PONTES EM MADEIRAS NAS RESPECTIVAS VICINAIS: 9, 19 e 21.	12 MESES	R\$ 3.360.338,90





Os prazos de contrato serão contados a partir de sua assinatura e eficácia e a partir da publicação no Diário Oficial do Município de Brasil Novo, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente e comunicação à Contratante. A gestão do Contrato ficará a cargo da Prefeitura Municipal de Brasil Novo.

## **21. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

21.1. Os equipamentos e ferramentas necessários ao bom desenvolvimento do trabalho, objeto deste Projeto Básico serão de responsabilidade da Contratada;

21.2. A Contratada deverá disponibilizar o transporte dos seus colaboradores para a realização dos serviços e demandas nos postos de serviços que estão relacionados neste Projeto Básico sendo de sua responsabilidade todas as despesas que incidirem sobre o transporte dos seus colaboradores;

21.3. Os serviços objeto deste Projeto Básico serão executados conforme estabelecido em contrato deverão envolver os componentes especificados;

21.4. A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas a atividade da Contratada e Observadas as legislações pertinentes, principalmente as prescrições contidas na Norma Regulamentadora - NR-18.

21.5. Deverão ser observados os requisitos de segurança com relação as redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e de metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestre;

21.6. Se for necessário durante a execução dos serviços o emprego de materiais tóxicos, inflamáveis ou explosivos, a fiscalização deverá ser antecipadamente notificada, e deverá sugerir por escrito sobre as medidas de segurança propostas pela contratada, quanto a guarda e emprego do referido material;

21.7. A contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais da obra e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem;

21.8. A contratada responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com o pessoal, material, instalações e equipamentos sob sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços;

21.9. A contratada submeter-se-á as medidas de segurança exigidas pelo local onde se realizarem os serviços;



## **22. DA DISCIPLINA**

- 22.1. Os profissionais colocados à disposição da contratante deverão trabalhar de acordo com as normas estabelecidas pela mesma, respeitando as cláusulas contratuais;
- 22.2. Havendo desrespeitos as normas e cláusulas contratuais, a contratante comunicará a contratada para que sejam tomadas as medidas cabíveis, sem prejuízo a prestação dos serviços a serem executados.

## **23. DA VISITA E FISCALIZAÇÃO**

- 23.1. As empresas interessadas poderão realizar vistoria nos locais e instalações do fornecimento e da prestação dos serviços, de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias a formulação da sua proposta de preços;
- 23.2. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que, após apresentação das propostas e dos demais documentos, não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas;
- 23.3. Modelo de Declaração de Vistoria;
- 23.3.1. Da fiscalização;
- 23.4. A gestão e a fiscalização da presente contratação ficarão a cargo do SEPLAN – Setor de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- 23.5. A administração terá livre acesso aos postos de trabalho onde a contratada efetivamente prestará os serviços;
- 23.6. A fiscalização não permitirá que seja executado serviço em desacordo com as normas preestabelecidas pela contratante
- 23.7. Reserva-se a contratante o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por intermédio do gestor do contrato ou por alguém designado por este, nos moldes descritos na Lei nº 14133/21
- 23.8. Cabe a fiscalização da contratante:





23.9. Notificar a empresa, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, conforme conveniência;

23.10. Ordenar a imediata retirada do local de trabalho do empregado que estiver sem uniforme ou crachá, que dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência no posto, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, obrigando a empresa a fazer sua imediata substituição no prazo de 01 (uma) hora contada a partir da notificação, verbal, por escrito, por telefone ou por quaisquer meios de ocorrência;

23.11. Examinar as carteiras profissionais dos prestadores colocados à sua disposição, para comprovar o registro da função;

23.12. Examinar mensalmente toda a documentação que a empresa contratada deverá apresentar comprando a regularidade dos pagamentos de salários, recolhimentos dos encargos sociais, controle de entrada e saída de materiais de construção (material básico, material elétrico, material hidrossanitário, material para central de gás, inclusive com apresentação de planilha de custos mensais, e demais documentos solicitados, dos prestadores de serviço que estão a sua disposição;

## **24. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) - Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
- b) - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- c) - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;
- d) - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.
- e) – Carteira de identidade ou equivalente com foto;

### **24.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

24.1.1. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

- a) - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA ou CAU), detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;



b) - registro ou inscrição da pessoa jurídica na entidade profissional competente (CREA ou CAU);

c)- declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

24.1.2. A relação de trabalho entre a empresa participante do processo licitatório e o profissional exigido no item 24.1.1 “a” deve ser demonstrada obrigatoriamente na fase de habilitação do processo licitatório por meio de:

- a) Contrato Social da empresa, em que conste o nome do profissional, caso seja sócio ou administrador da empresa licitante, ou;
- b) Carteira de Trabalho, contendo o registro funcional do profissional, ou;
- c) Contrato de Prestação de Serviço entre as partes (profissional e empresa licitante);
- d) registro ou inscrição da pessoa física responsável técnico 24.1.1 “a”, junto a entidade profissional competente (CREA ou CAU);

24.1.3 O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a (s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA ou CAU.

## 24.2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

24.2.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

24.2.1.1. No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar o balanço da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente, com o Termo de Abertura, ativo, passivo, demonstrações do resultado, Termo de Encerramento e assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional.

24.2.1.2 - Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



24.2.1.3 - As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial, devidamente registrado pelo órgão competente, com o Termo de Abertura, ativo, passivo, demonstrações do resultado, Termo de Encerramento, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional.

24.2.1.4 – O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

24.2.1.5 – As sociedades constituídas à menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

24.2.1.6 - Os documentos referidos item 24.2.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

24.2.1.7 - As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

- a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPEED contábil);
- b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPEED contábil);
- c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPEED contábil);
- d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPEED contábil).

24.2.2. As empresas obrigadas a apresentar o balanço deverão extrair e apresentar:

- a) Índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial, ou balanço de abertura, referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

- a.1) - Índice de Liquidez Geral (ILG) não inferior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG= ----- > 1,00

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

- a.2) - Índice de Liquidez Corrente (ILC) não inferior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

Ativo Circulante

LC= ----- > 1,00

Passivo Circulante



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



a.3) - Índice de Solvência Geral (ISG) não inferior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

Ativo Total

SG= ----- > 1,00

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

24.3. Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no caso de não constar na certidão o seu prazo de validade, a mesma deverá ter sido emitida há menos de noventa dias da data de abertura dos envelopes.

**24.4. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL e TRABALHISTA**

- a) Comprovante de inscrição no CNPJ atualizado;
- b) Ficha de inscrição cadastral FIC – Inscrição Estadual atualizada (se houver);
- c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão negativa de Débitos Relativos aos Tributos federais e à Dívida Ativa da União, sendo que a mesma deve abranger também as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- e) Certidões de Negativas da Fazenda Estadual (Tributária e Não Tributária – se houver), do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débito da Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT;
- h) Declaração da proponente de que não possui em seu quadro pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99), de acordo com o modelo ANEXO VII deste Edital;

24.4.1. Nota: A certidões de natureza fiscal, social e trabalhista, poderá ser apresentada na forma “POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA”.

**24.5. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

24.5.1- Declaração unificada, conforme modelo constante no anexo A.





## **25. DA SUBCONTRATAÇÃO**

25.1. É expressamente vedada a subcontratação total do objeto deste contrato, **sob pena de rescisão contratual.**

25.2. A subcontratação parcial somente será admitida mediante autorização expressa da Fiscalização.

25.3. Para subcontratação parcial deverão ser observadas as condições estabelecidas neste Projeto Básico e atendidos os seguintes requisitos:

25.4. Informação prévia à Fiscalização dos motivos da subcontratação, da identificação da subcontratação e das razões da escolha; e

25.5. Atendimento pela subcontratada, no que couber, das condições de habilitação e das disposições do edital e do Contrato, mediante a apresentação da documentação pertinente à Fiscalização.

25.6. A contratada, independentemente da subcontratação parcial, permanece responsável pela execução do objeto contratado, respondendo pela qualidade e exatidão dos trabalhos subcontratados, sendo, ainda, perante a Contratante, responsável solidária com a subcontratada junto aos credores desta, no que se refere aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e pelas consequências dos atos e fatos a esta imputáveis.

25.7. A Fiscalização, após analisar a solicitação da Contratada referente à subcontratação parcial, deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contando do recebimento da solicitação, podendo solicitar outros documentos além dos apresentados, ou os esclarecimentos que julgar necessários, devendo a Contratada atender à solicitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

## **26. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

26.1. Os serviços não possuem requisitos de capacidade técnica e vulto econômico elevados, de tal forma que justifiquem a participação de consórcios. Saliente-se que a admissão de consórcios em licitações de pequena complexidade e de valor não expressivo, tal como no presente caso, pode provar o efeito contrário à competitividade, à medida que Empresas capazes de executar o objeto individualmente passam a associar-se em consórcio, reduzindo a disputa.

26.2. A forma de contratação aqui proposta buscar viabilizar maior economia e rapidez na execução das obras necessárias neste objeto.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



26.3. Justifica-se ainda pelo fato de a Administração ter ganhos em economia de escala, o que proporcionará a redução dos preços, vez que o parcelamento inevitavelmente gerará riscos para Administração com o aumento significativo do preço a ser pago.

**27. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA**

A contratada deverá dar garantia legal de todos os produtos e serviços fornecidos

Brasil Novo, 7 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARCELO NEVES DA CRUZ  
Data: 09/04/2024 12:35:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Marcelo Neves da Cruz  
Coordenador de Planejamento  
Decreto Nº: 583/2023

ALLAN JOHNNYS  
DANTAS  
CARDOSO:07308627985

Assinado de forma digital por  
ALLAN JOHNNYS DANTAS  
CARDOSO:07308627985  
Dados: 2024.02.07 11:53:00 -03'00'

---

Allan Johnnys Dantas Cardoso  
Engenheiro Civil  
CREA-PA: 151712096-9  
CPF: 073.086.279-86





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



**ANEXO A**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**



**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Ao Sr. Agente de Contratação do Município de Brasil Novo

Prefeitura Municipal de Brasil Novo, Estado de Brasil Novo

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº PMBN XX/2023

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

2) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

3) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

4) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

5) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

7) Declaramos ter ciência de que em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município, para a execução do serviço objeto deste edital e em decorrência de obrigações legais e cumprimento do edital/instrumento contratual, notadamente em cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), da Legislação de Licitações e determinações legais emanadas dos Órgãos de Controle, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, RG, telefone, endereço físico e eletrônico, e todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, e poderá dar o tratamento legal aos mesmos, inclusive para atendimento de exigências dos órgãos de controle interno e externo.

8) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal.

9) Declaramos que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente;

10) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

11) Declaramos que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação da proposta, sob pena de desclassificação.





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**



12) Declaramos de que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente à Concorrência Eletrônica n.º N° PMBN 01/2023 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

..... de 202...

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo)



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**  
**CNPJ: 34.887950/0001-00**



**MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**  
**CONSTRUÇÃO DE PONTES EM MADEIRA NAS VICINAIS 9, 19 E 21**  
**RESPECTIVAMENTE NO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO**

Brasil Novo, 7 de fevereiro de 2024

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**CNPJ: 34.887.950/0001-00**  
Avenida Castelo Branco, 821 – Centro – CEP: 68.148-000 – Fone/fax: (093) 3514-1181- Brasil Novo – Pará



**1. CONSTRUÇÃO DE PONTES EM MADEIRA NAS VICINAIS 9, 19 E 21  
RESPECTIVAMENTE NO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO**

Este memorial descritivo tem por objeto a execução de Serviços de Pontes em Madeira, que ocorrerão na zona rural do Município de Brasil Novo - PA. As obras serão executadas nos locais determinados no projeto, pela Fiscalização, em madeira-de-lei com capacidade mecânica capazes de suportar os esforços aos quais estarão sujeitas. Deverão ser executados os encabeçamentos das pontes, onde estes custos estão inclusos no valor unitário da planilha orçamentária. No caso de aterros, deverá ser realizado levantamento in loco para determinação do volume de material a ser executado.

- 1.1 Os padrões das pontes obedecerão ao estabelecido pelo SETRAN-PA e INCRA e ainda às seguintes recomendações: Adoção das exigências, especificações e normas técnicas usuais; Especial atenção no cravamento das estacas, de modo a evitar rachaduras.
- 1.2 Se estas ocorrerem deverão ser substituídas; as estacas deverão ser cravadas com bate-estaca, até atingir a nega, tendo cuidado de proteger suas cabeças com protetor de aço a fim de evitar rachaduras;
- 1.3 Na impossibilidade de as estacas serem cravadas deverá ser observado método construtivo mais adequado, devendo ser apresentado novo projeto para avaliação;
- 1.4 As peças que não satisfizerem as exigências do projeto sejam pelas características físicas ou pelas bitolas, serão recusadas;
- 1.5 Não será permitido o uso de peças defeituosas, pois todas as peças deverão suportar os esforços em que se submeterão principalmente os de: compressão, flexão, cisalhamento e torção;
- 1.6 Cuidados deverão ser tomados quando da utilização de parafusos, pregos, vergalhões e ferramentas para solidarizarão das peças com espaçamento a ser adotados, de modo que, tanto a ligação como as peças solidarizadas sejam resistentes satisfatoriamente aos esforços de cálculos a aos quais estarão sujeitos;
- 1.7 Todas as peças de madeira da infra e mesoestrutura deverão ser tratadas com óleo de creosoto aquecido, e aquelas da infraestrutura receberão uma pintura de pinche a quente;
- 1.8 Deve-se evitar a execução de ponte esconsa.





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887950/0001-00**



## **2. RESUMO DAS PEÇAS DA PONTE**

PEÇAS DA MESOESTRUTURA	DIMENSÕES (cm)
1 — PILARES (ESTACAS)	30 x 30 x VAR.
2 — TRANSVERSINAS	30 x 30 x 500
3 — CONTRA VENTAMENTO	8 x 20 x 530
4 — BALANCINS	25 x 25 x 160
5- TRAVESSA (LINHA D'AGUA)	8 x 20 x 460
PEÇAS DA SUPERESTRUTURA	DIMENSÕES (cm)
1 — LONGARINAS	25 x 25 x 500
2 - VIGAS (GUARDA RODA)	25 x 25 x 500
3 — PRANCAO DO ASSOALHO	6 x 20 x 500
4 — PRANCAO DESLIZANTE	6 x 20 x 500
5 — GUARDA CORPO	CONFORME PROJETO ANEXO

### **3. - Madeiras a serem utilizadas (dependendo da disponibilidade do material):**

- Ipê; - Cumbaru; - Itaúba Preta; - Angico Preto; - Canela Preta; - Sucupira; -Jatobá; - Grapia (garapa) - Angelim; dentre outras, tendo como características como pesadas e duras, com alta resistência mecânica e baixa retratibilidade: as quais obedecem às resistências na compressão /flexão e cisalhamento, tendo como cuidado quanto as tensões admissíveis, possuindo elevada resistência natural ao apodrecimento e aos ataques de insetos, características estas necessárias para a utilização como esteios e ou estacas.

### **4. Prazo e Forma de Execução:**

O prazo para execução dos serviços é de 12 (doze) meses.

### **5. Formas de Pagamentos:**

Os serviços serão pagos de conformidade com medição dos serviços executados por completo, sendo liberado o valor referente a cada etapa executada somente após vistoria in loco pela Fiscalização municipal, e constatado e atestado a execução do serviço.

### **6. Observações / Recomendações**

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**CNPJ: 34.887.950/0001-00**

Avenida Castelo Branco, 821 – Centro – CEP: 68.148-000 – Fone/fax: (093) 3514-1181- Brasil Novo – Pará



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887950/0001-00**



- 6.1 - Durante a execução dos serviços os colaboradores da Contratada deverão trajar-se adequadamente, não sendo permitida a utilização de bermuda, "short" ou calção, e deverão portar todos os equipamentos individuais de segurança.
- 6.2 Após a conclusão dos serviços, os locais que sofreram intervenções, bem como os locais utilizados pela contratada para realização dos trabalhos, deverão ser adequadamente limpos, terão de ser desobstruídos todo canal dorio/córrego, retirando todo material utilizado, deixando livre para passagem das águas
- 6.3 - A remoção do entulho proveniente da execução dos serviços é de responsabilidade da contratada.

## **7. CONDIÇÃO PARA RECEBIMENTO DA OBRA**

- 7.1 Todos os serviços executados deverão estar de acordo com o projeto e planilha de quantitativos, seguindo todas as especificações técnicas dos materiais.

## **8. EXECUÇÃO DE BUEIROS DE TUBO DE CONCRETO**

### **8.1 OBJETIVO.**

- 8.2 Definir os critérios que orientam o fornecimento de materiais, a execução, aceitação e medição de bueiros de tubos de concreto, em obras rodoviárias.

## **9. DEFINIÇÃO:**

- 9.1 Os bueiros de tubos de concreto classificam-se: a) quanto à forma da seção: - tubulares, quando a seção for circular; - ovoides, quando sua seção apresentar tal configuração. b) quanto ao número de linhas: - simples, duplos e triplos; c) quanto ao tipo de material: - concreto simples; - concreto armado.

## **10. MATERIAIS**

- 10.1 Tubos de Concreto de Seção Circular Os tubos de concreto de seção circular para bueiros devem ser do tipo, classe e dimensões indicadas no projeto e devem atender exigências da NBR 8890 (1). Os tubos devem satisfazer às seguintes condições gerais: possuir ponta e bolsa, eixo retilíneo perpendicular aos planos das duas extremidades, seção transversal circular, espessura uniforme, superfícies internas e externas suficientemente lisas, não possuir trincas, fraturas, retoques ou pinturas, produzir som típico de tubo não trincado quando percutidos com martelo leve, ter em caracteres legíveis gravados no concreto, o nome ou marca do fabricante, diâmetro nominal, a classe a que pertencem ou a resistência do tubo, a data de fabricação e um número para rastreamento de todas as suas características de fabricação.
- 10.2 Tubos de Concreto de Seção Ovoide.
- 10.3 Os tubos de concreto de seção ovoides devem ser produzidos com as dimensões e armaduras indicadas nos projetos padrão PP-DE-C03/050 a PP-DE-

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**CNPJ: 34.887.950/0001-00**

Avenida Castelo Branco, 821 – Centro – CEP: 68.148-000 – Fone/fax: (093) 3514-1181- Brasil Novo – Pará



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**CNPJ: 34.887950/0001-00**



G03/059 do DER/PA. Os tubos ovóides devem oferecer a resistência necessária para suportar os carregamentos indicados no projeto, de aterros executados pelo método comum. Sendo vedada a execução de falsa trincheira ou vala imperfeita.

## **11. EQUIPAMENTOS**

11.1 Antes do início dos serviços, todo equipamento deve ser inspecionado e aprovado pelo DER/PA. Os equipamentos necessários aos serviços de fornecimento e instalação de bueiros de tubos de concreto compreendem:

- Caminhão de carroceria fixa ou basculante;
- Betoneira ou caminhão-betoneira;
- Pá-carregadeira;
- Carrinho de concretagem;
- Compactador portátil, manual ou mecânico;
- Ferramentas manuais, tais como pá, enxada, etc.

## **12. EXECUÇÃO.**

12.1 Não é admitida a instalação de bueiros diretamente sobre o fundo das valas. Para seu assentamento devem ser sempre construídos berços de apoio com pedra britada ou com concreto, com dimensões e características de acordo com os projetos padrão PP-DE-H07-072 Berços e Detalhes de Bueiros Tubulares e PP-DE-H07-073 Berços e Detalhes para Bueiros Ovóides.

Para bueiros tubulares com berço de concreto, a primeira etapa de concretagem deve ser realizada até altura tal que permita o assentamento dos tubos com as bolsas e em pontos intermediários colocados nos tubos, de modo a mantê-los na cota prevista em projeto.

A segunda etapa de concretagem deve ser realizada garantindo a perfeita aderência com o concreto da primeira etapa. O concreto vertido deve ser vibrado, de forma a garantir um perfeito envolvimento dos tubos pelo berço.

No assentamento de bueiros sobre berço de brita, a primeira camada de brita deve atingir à superfície inferior dos tubos, fazendo que eles se acomodem no berço mediante pequenos movimentos dos tubos, ajudados, se for o caso, por retirada de material da posição das bolsas dos tubos. Após o posicionamento correto dos tubos, em alinhamento e cota, deve ser completado o enchimento do berço, acomodando-se e compactando-se o material cuidadosamente, de modo a garantir que o berço envolva completamente os tubos até as alturas correspondentes, especificadas em projeto.

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**CNPJ: 34.887.950/0001-00**

Avenida Castelo Branco, 821 – Centro – CEP: 68.148-000 – Fone/fax: (093) 3514-1181- Brasil Novo – Pará





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**  
**CNPJ: 34.887950/0001-00**



As juntas dos tubos de concreto destinados a águas pluviais devem ser rígidas, de argamassa de cimento e areia de traço mínimo 1:3. A argamassa que não for empregada em até 45 minutos após a preparação deve ser descartada.

Os tubos devem ser assentados de montante para a jusante, de acordo com o alinhamento e elevações indicadas no projeto, e com as bolsas montadas no sentido contrário ao fluxo de escoamento.

### **13. ACEITAÇÃO.**

#### **13.1 MATERIAIS**

Os materiais são aceitos desde que atendam ao discriminado no item 6. Os lotes de tubos de concreto e ovóides, devem ser recebidos e aceitos desde que acompanhados de certificado de qualidade.

No caso dos bueiros tubulares, a resistência a compressão diametral obtida nos ensaios efetuados, deve ser superior aos valores mínimos especificados na NBR 8890, para a classe e diâmetro de tubo considerado.

#### **13.2 SERVIÇOS**

Os serviços executados são aceitos desde que as seguintes condições sejam

atendidas:

- a) na inspeção visual, o acabamento for julgado satisfatório;
- b) os dispositivos encontrem-se em perfeitas condições de conservação e funcionamento;
- c) as características geométricas previstas tenham sido obedecidas;

No caso do não atendimento à alínea c, o serviço deve ser rejeitado, devendo ser removido e substituído por dispositivos de geometria dentro dos limites especificados.

No caso do não atendimento do disposto nas linhas a e b, a executante deve refazer ou melhorar o acabamento e conferir ao dispositivo as condições satisfatórias indicadas pelo DER/PA quanto à sua conservação e funcionamento.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

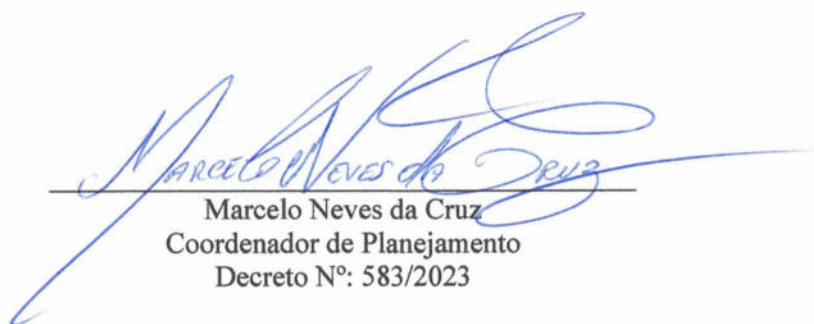
**CNPJ: 34.887950/0001-00**




**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

O serviço é medido em metros lineares (m), cujo valor é calculado a partir das extensões obtidas do estaqueamento do projeto.

Os serviços recebidos e medidos da forma descrita são pagos conforme preços unitários contratuais respectivos, nos quais se incluem a mão-de-obra com encargos sociais, BDI, equipamentos, materiais, transportes, perdas, controle da qualidade e eventuais, necessários à completa execução dos serviços, de forma a atender ao projeto e às especificações técnicas.

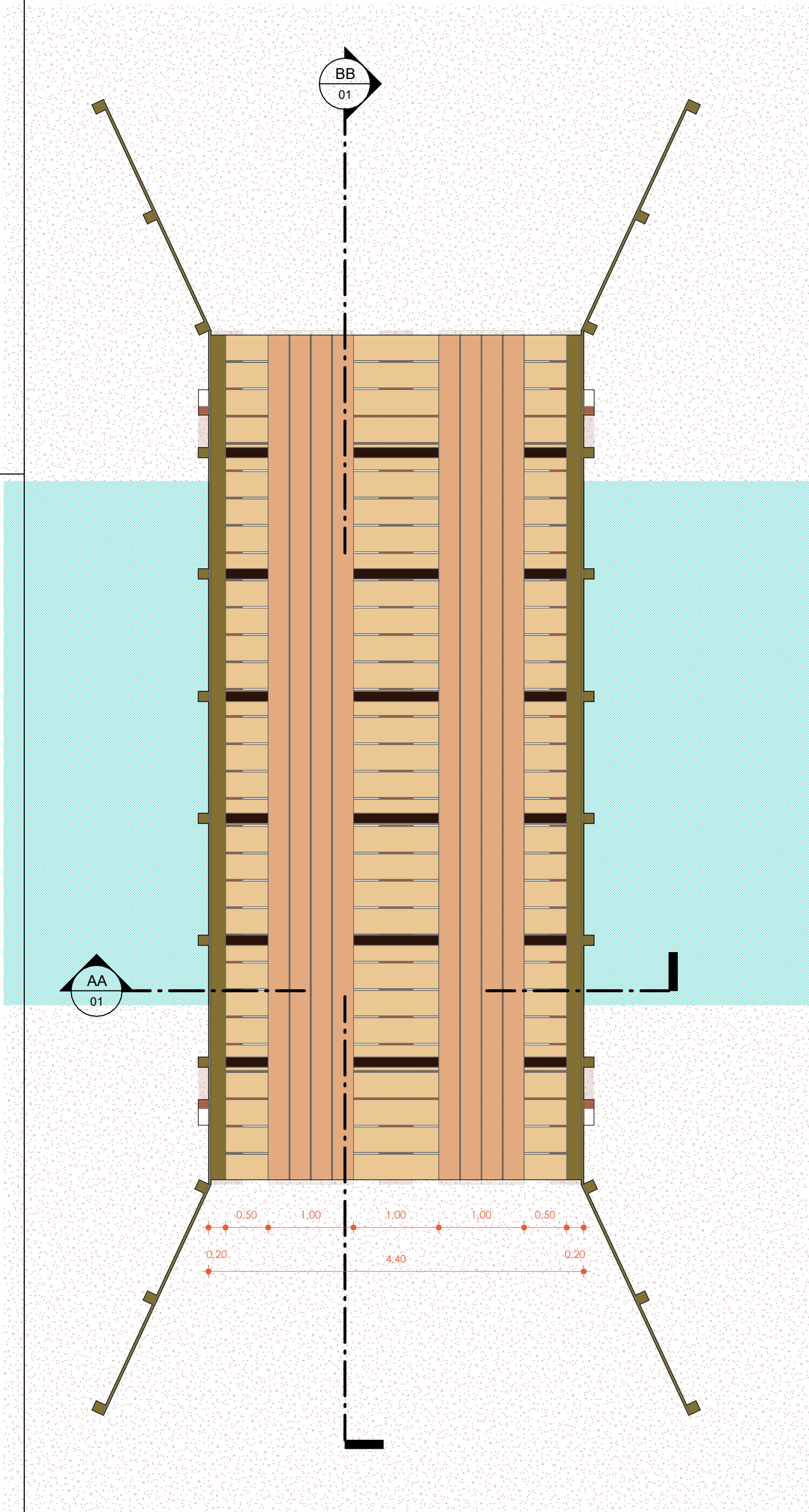
  
\_\_\_\_\_  
Marcelo Neves da Cruz  
Coordenador de Planejamento  
Decreto N°: 583/2023

  
\_\_\_\_\_  
Allan Johnnys Dantas Cardoso  
Engenheiro Civil  
CREA-PA: 151712096-9  
CPF: 073.086.279-86

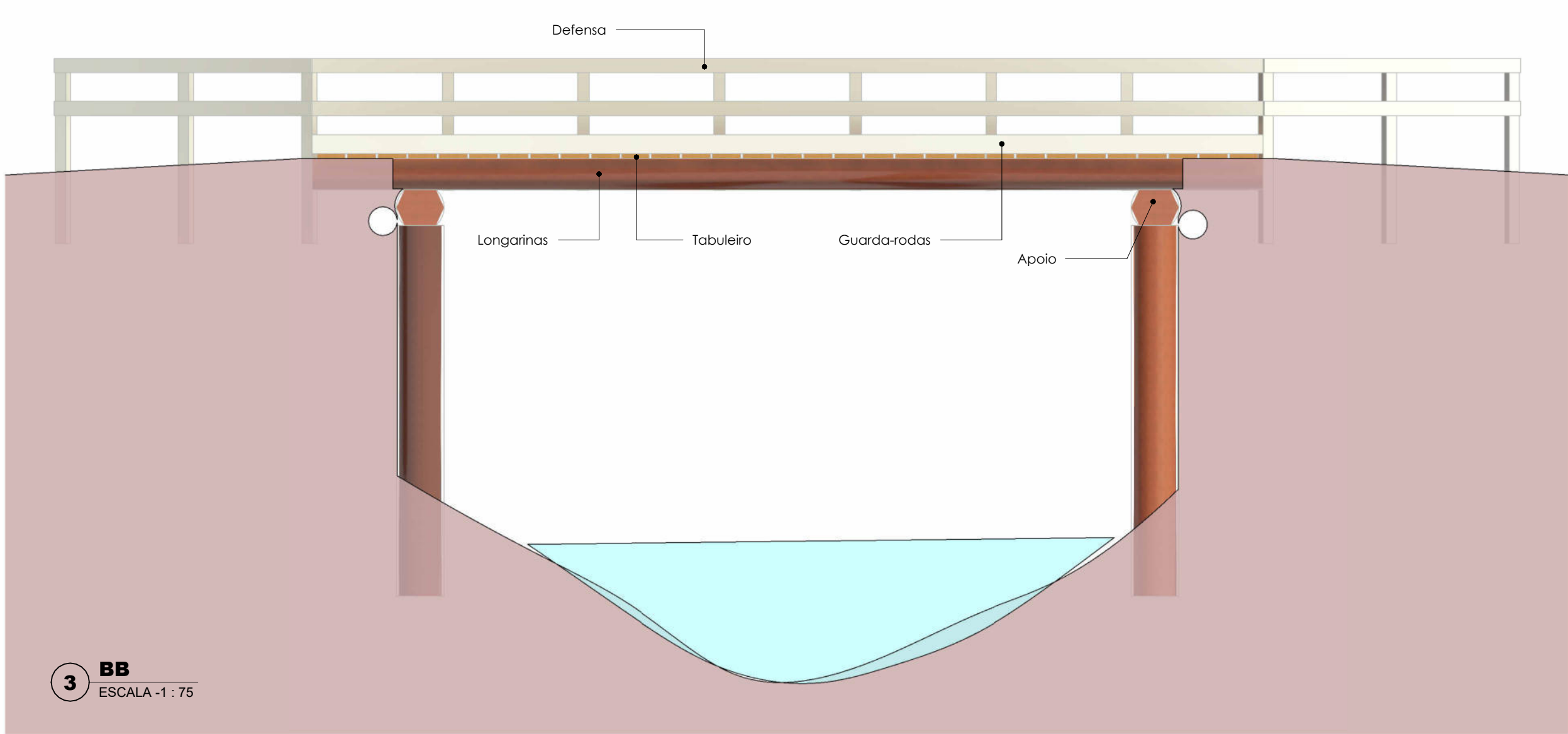
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**CNPJ: 34.887.950/0001-00**

Avenida Castelo Branco, 821 – Centro – CEP: 68.148-000 – Fone/fax: (093) 3514-1181- Brasil Novo – Pará

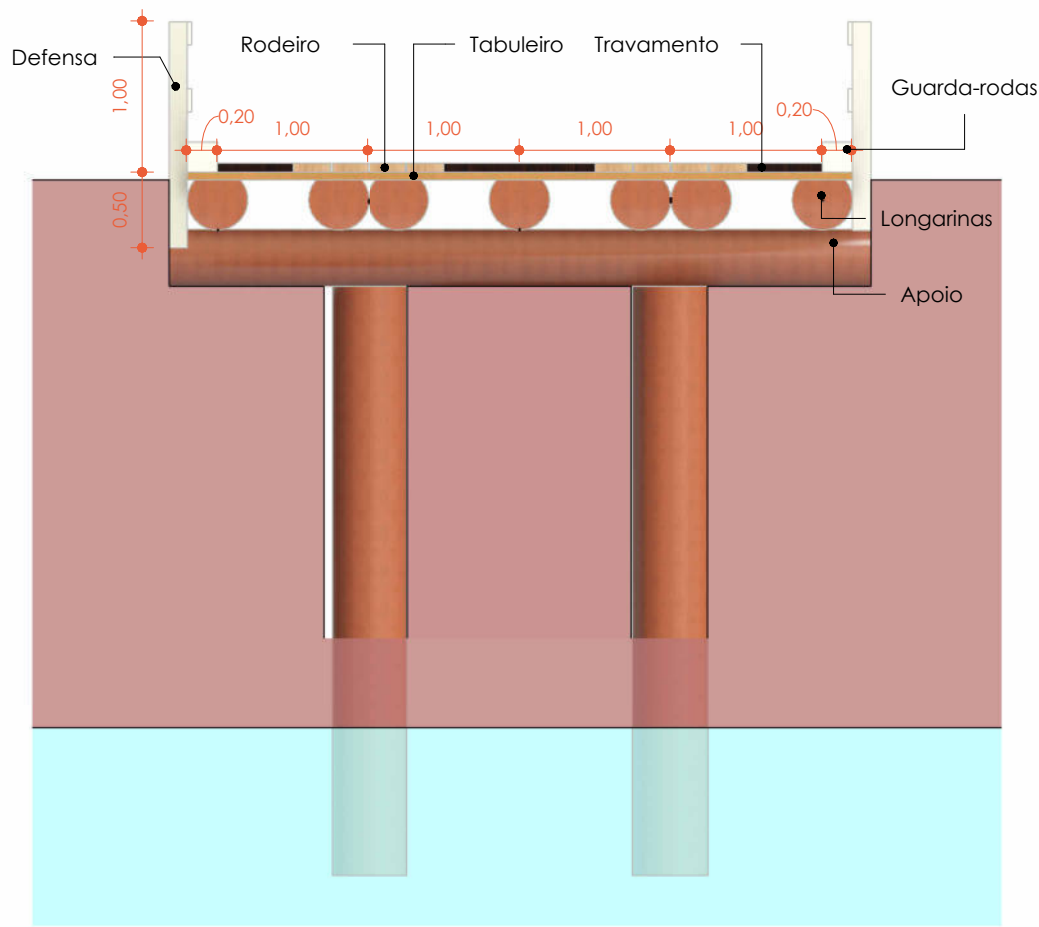




**1 Planta Baixa**  
ESCALA -1 : 75



**3 BB**  
ESCALA -1 : 75




**2 AA**  
ESCALA - 1 : 50

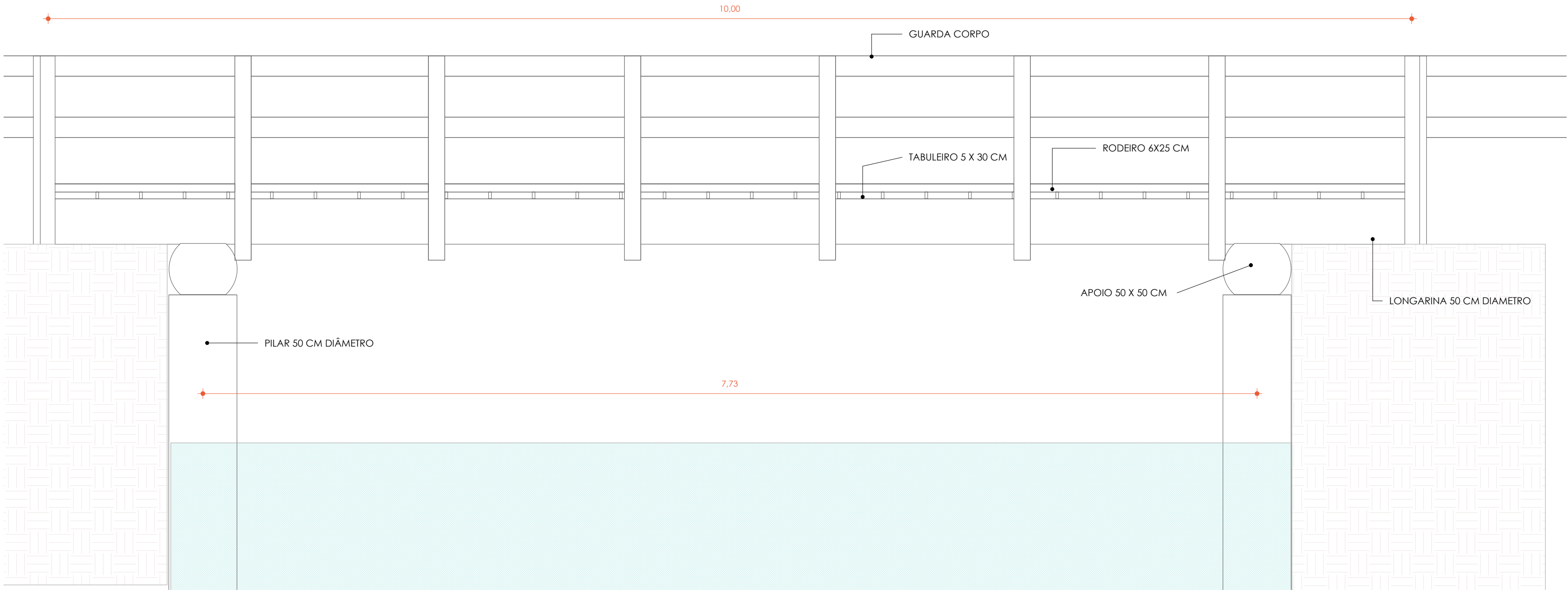
Este projeto contempla:

1- CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA TIPO PONTILHÃO EM METROS LINEAR.  
Os mesmos poderão ser construídos em estruturas mistas.  
O presente projeto foi elaborado de acordo com as Normas Brasileiras vigentes, em particular:

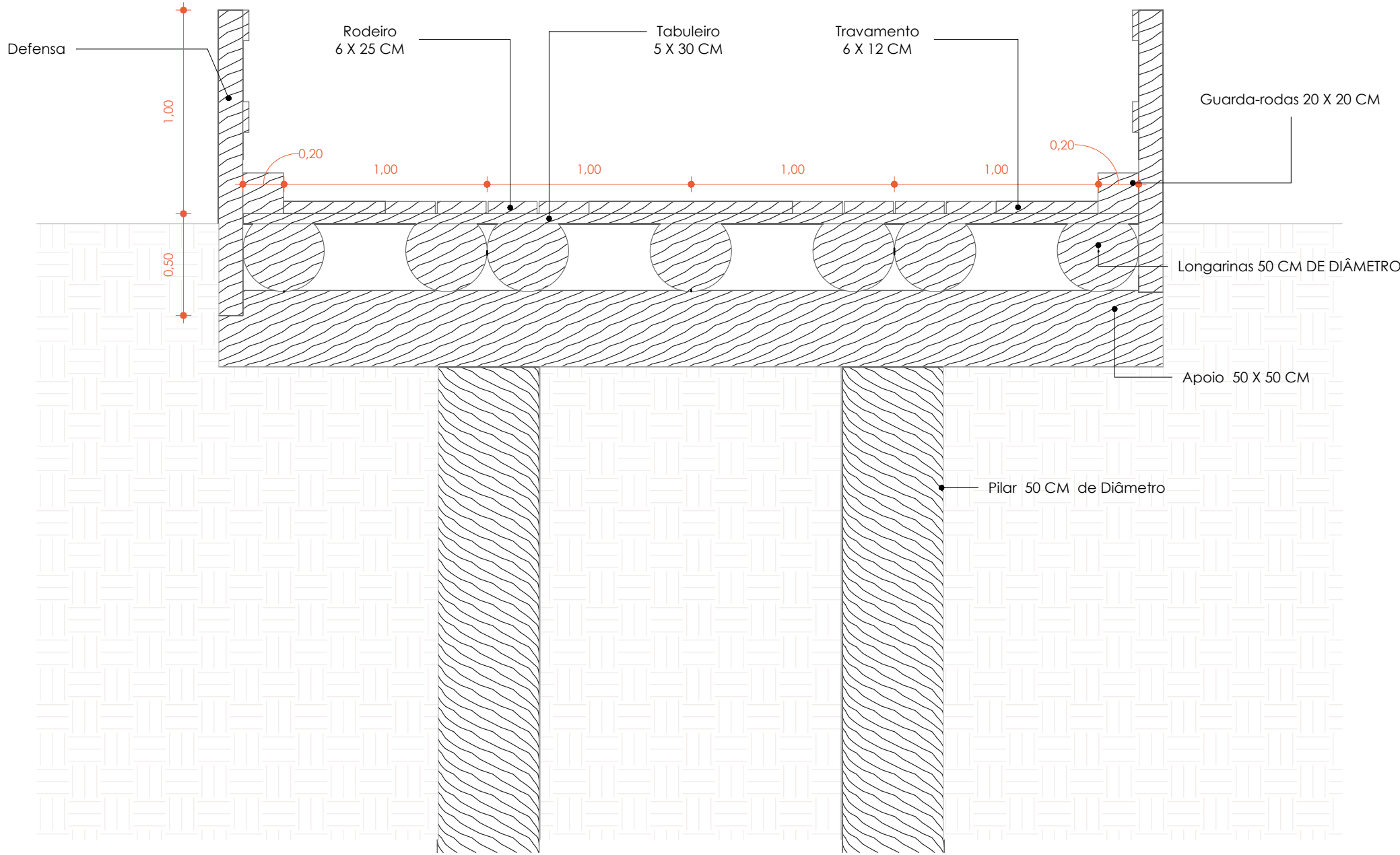
- ABNT NBR 7188: 1984 - Carga móvel em ponte rodoviária e passarela de pedestre – Procedimento;
- ABNT NBR 6120:1980 – Cargas para o Cálculo de Estruturas de Edificações;
- ABNT NBR 6122:1996 – Projeto e Execução de Fundação;
- ABNT NBR 7190:1997 – Projeto de estruturas de madeira;

 <b>PREFEITURA DE BRASIL NOVO</b> UNIÃO, FORÇA E TRABALHO	OBRA: Construção de pontes de madeira		
	ENDEREÇO: VICINAIS 9 , 19 E 21 NO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO-PA		
	CLIENTE: PREFEITURA DE BRASIL NOVO- PA	CPF:	
	ÁREA CONSTRUÍDA: -	ÁREA DO TERRENO: -	
RESP. TÉCNICO ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO/073086-27985 Allan Johnnys Dantas Cardoso CREA: 1517120969	ARQ. 01/02	PROJETO: ARQUITETÔNICO	ESCALA: INDICADA
		DESENHO: INDICADO	DATA: FEVEREIRO/2024
			REVISÃO:
			DESENV. PROJETO: CEZAR






3 CORTE ESTRUTURAL 01  
ESCALA - 1 : 25



1 CORTE ESTRUTURAL 02  
ESCALA - 1 : 25

Tabela 6 – Diâmetro médio das longarinas para pontes em vigas simples de peças roliças							
Comprimento (m)	Vão (m)	Classe 30			Classe 45		
		C60	C50	C40	C60	C50	C40
6	5,5	37 cm	39 cm	43 cm	43 cm	45 cm	48 cm
7	6,5	40 cm	43 cm	46 cm	46 cm	49 cm	
8	7,5	43 cm	46 cm	50 cm	50 cm		
9	8,5	46 cm	49 cm				
10	9,5	49 cm					

Legenda  
ESCALA - 1 : 50



PREFEITURA DE  
BRASIL NOVO  
UNIAO, FORÇA E TRABALHO

RESP. TÉCNICO  
ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO  
CREA: 1517120969

Assinado eletronicamente por:  
ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO  
CPF: 057108629-0  
Assinatura: 1517120969

OBRA:  
Construção de pontes de madeira

ENDEREÇO:  
VICINAIS 9 , 19 E 21 NO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO-PA

CLIENTE:  
PREFEITURA DE BRASIL NOVO- PA

ÁREA CONSTRUÍDA: -

CPF:

ÁREA DO TERRENO: -

ARQ.  
02/02

PROJETO:  
ESTRUTURAL

DESENHO:  
INDICADO

ESCALA:  
INDICADA

DATA:  
FEVEREIRO/2024

REVISÃO:

DESENV. PROJETO:  
CEZAR



**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
**Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**

**CREA-PA**

**ART OBRA / SERVIÇO**  
**Nº PA20241082339**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará**

**SUBSTITUIÇÃO POR ERRO DE**  
**DIGITAÇÃO à**  
**PA20241075185**

**1. Responsável Técnico**

**ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO**

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1517120969**

Registro: **1517120969PA**

**2. Dados do Contrato**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

**AVENIDA CASTELO BRANCO**

Complemento:

Cidade: **BRASIL NOVO**

Bairro: **CENTRO**

UF: **PA**

CPF/CNPJ: **34.887.950/0001-00**

Nº: **821**

CEP: **68148000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 3.360.338,90**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**

**3. Dados da Obra/Serviço**

**AVENIDA CASTELO BRANCO**

Complemento:

Cidade: **BRASIL NOVO**

Data de Início: **08/01/2024**

Previsão de término: **13/02/2024**

Bairro: **CENTRO**

UF: **PA**

Nº: **821**

CEP: **68148000**

Coordenadas Geográficas: **-3.302643, -52.540344**

Finalidade: **Infraestrutura**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

CPF/CNPJ: **34.887.950/0001-00**

**4. Atividade Técnica**

12 - ELABORAÇÃO

90 - Elaboração de Orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > ESTRUTURAS E  
 CONCRETOS > #112 - ESTRUTURA DE MADEIRA

Quantidade

190,00

Unidade

m

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

**5. Observações**

CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NAS VICINAIS 9,19 E 21 RESPECTIVAMENTE NO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO/PA.

**6. Declarações**

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-PA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar
- Declaro que estou cumprindo as regras de colocação e manutenção de placa legível e visível ao público enquanto durar a execução da obra, instalação e serviços, conforme estabelecido no artigo 16 da lei federal 5.194/66.
- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

**7. Entidade de Classe**

NENHUMA - NAO OPTANTE

ALLAN JOHNNYS DANTAS  
 CARDOSO:07308627985

Assinado de forma digital por ALLAN  
 JOHNNYS DANTAS CARDOSO:07308627985  
 Dados: 2024.04.09 12:53:37 -03'00'

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO - CPF: 073.086.279-85

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
 Local data

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO - CNPJ: 34.887.950/0001-00

**9. Informações**

\* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

**10. Valor**

Esta ART é isenta de taxa

Registrada em: **28/02/2024**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pa.sitac.com.br/publico/>, com a chave: cd5ZW  
 Impresso em: 29/02/2024 às 08:36:14 por: , ip: 177.74.58.106

[www.creapa.org.br](http://www.creapa.org.br)  
 Tel: (91) 3219-3402

[faleconosco@creapa.com.br](mailto:faleconosco@creapa.com.br)  
 Fax:

**CREA-PA**  
 Conselho Regional de Engenharia  
 e Agronomia do Pará

